



INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK



GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY

RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS AO CLIMA E À BIODIVERSIDADE NO CORREDOR SUDESTE DA MATA ATLÂNTICA DO BRASIL

(BR-G1003)

MANUAL OPERACIONAL DO COMPONENTE 3

Certificação (CERT) para unidades produtivas

e

Apoio a Cadeias de Valor Sustentáveis (CVS)

(Os procedimentos referentes ao Pagamento por Serviços Ambientais do Componente 3 são apresentados no Manual Operacional específico do PSA)

Setembro, 2018

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO PROJETO 1	
2.1 Breve Caracterização das Unidades de Conservação	2
2.2 Critérios utilizados para a seleção das Unidades de Conservação	4
3. POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS DO COMPONENTE 3	4
4. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO DO PROJETO	5
5. ESTRATÉGIA OPERATIVA POR INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO	6
5.1 Management Effectiveness Tracking Tool (METT)	6
5.2 Certificação	8
5.2.1 Sistemas de Certificação Seleccionados	9
5.2.2 Áreas de intervenção da ferramenta CERT	10
5.2.3 Requisitos de Elegibilidade de Participantes para Certificação	10
5.2.4 Etapas do Processo da Ferramenta Certificação	11
5.3 Cadeias de Valor Sustentáveis	20
5.3.1 Critérios para a seleção dos produtos	20
5.3.2 Áreas de intervenção da ferramenta CVS e seleção inicial dos produtos	21
5.3.3 Critérios de Elegibilidade de Participantes para CVS	22
5.3.4 Etapas do Processo da Ferramenta CVS	23
ANEXO 1. Quadro Comparativo dos Sistemas de Certificação	29
ANEXO 2. SUGESTÃO DE CHECK LIST DE PRÉ-AVALIAÇÃO	41
ANEXO 3. SUGESTÃO DE QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS PRODUTORES QUE CUMPREM OS REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE, PARA RANKING DOS PRODUTORES A SEREM BENEFICIADOS	43
ANEXO 4. CADEIA DE VALOR: SUGESTÃO PARA PRÉ-AVALIAÇÃO	59
ANEXO 5. EXEMPLO DE CHECKLIST – MATRIZ DA CADEIA DE VALOR	63

COMPONENTE 3

AUMENTO DA EFICÁCIA E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) AO LONGO DO CORREDOR DA SERRA DO MAR E PROMOÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS EM SUAS ZONAS DE AMORTECIMENTO.

1. INTRODUÇÃO

A estratégia adotada para o Componente 3 do Projeto concentra-se na aplicação combinada de mecanismos de gestão de áreas protegidas e de mercado (incentivos) para promover o incremento e manutenção das superfícies de Mata Atlântica em terrenos privados na Zona de Amortecimento (ZA) de Unidades de Conservação (UCs), com ênfase nas áreas que constituem corredores biológicos. Os instrumentos de mercado a serem utilizados pelo Projeto são:

- Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);
- Certificação (CERT) que contribua com a adequação ambiental da propriedade e adoção de boas práticas de produção;
- Apoio a Cadeias de Valor Sustentáveis (CVS) e produtos da sociobiodiversidade; e
- Preparar produtores adicionais com assistência técnica para adotar no futuro práticas sustentáveis.

Além destes instrumentos o Projeto aborda o fortalecimento institucional de 4 unidades de conservação que serão acompanhados por meio da avaliação da efetividade de gestão, com a aplicação da ferramenta “*Management Effectiveness Tracking Tool - METT*” (WWF, 2007)¹.

O presente Manual apresenta os procedimentos para operação da Certificação de produção orgânica e apoio à Cadeias de Valor Sustentáveis. Os procedimentos para Pagamento por Serviços Ambientais do Componente 3 constam do Manual Operacional específico do PSA.

2. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO PROJETO

As 4 áreas selecionadas foram os Núcleos Santa Virgínia (NSV) e Itariru (NITA) do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), a Estação Ecológica de Bananal (EEB) e suas respectivas zonas de amortecimento (ZA), além da Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier (APA SFX).

¹WWF, Management Effectiveness tracking Tool. Reporting Progress at protected Area Sites. Second Edition, 2007

2.1. Breve Caracterização das Unidades de Conservação

Núcleo Santa Virgínia (NSV)

O NSV do PESM abrange os municípios de São Luís do Paraitinga e Natividade da Serra. Estes municípios detêm respectivamente 791 e 1041 Unidades de Produção Agropecuária (UPA) sendo 555 delas com vegetação natural em São Luís do Paraitinga e 880 em Natividade da Serra. Predomina nos municípios a pecuária de leite.

Em 2007 se iniciaram atividades com o manejo sustentável da palmeira juçara em São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra. Por meio de parcerias locais, foram desenvolvidas atividades de produção de sementes, mudas e polpa, com objetivo de geração de alternativas de uso da floresta no entorno e formas inovadoras de geração de renda local, como a comercialização destes produtos na merenda escolar e nos mercados locais. Este processo teve apoio expressivo do Projeto Juçara (www.projetojuçara.org.br) (municípios de Ubatuba, São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra), resultando em um conjunto de aportes de serviços, equipamentos e instalações, entre eles: plano de manejo da coleta de sementes; 6 viveiros e duas cozinhas instaladas. A prefeitura de Natividade desenvolve ações de plantio de cambuci, dentro da “Rota do Cambuci”. A produção vem do extrativismo em pequenas áreas e do cultivo em pomares, sendo estes últimos com potencial de certificação. Na cozinha implantada, há uma integração entre cambuci e juçara. Outros potenciais para a aplicação dos instrumentos a serem identificados na área de intervenção são o pinhão e frutas nativas. Ressalta-se nestes municípios a atividade turística, destacando-se a rota de São Luís do Paraitinga passando por Catuçaba até o NSV. O projeto poderá incentivar na ZA do NSV a produção e coleta de juçara e cambuci; hortas nas pousadas; serviços com produtos orgânicos ou sustentáveis e PSA.

O NSV será contemplado com a aplicação de PSA, CVS e CERT.

Núcleo Itariru

O Núcleo Itariru do PESM abrange os municípios de Peruíbe, Pedro de Toledo, Miracatu, Itariri e Juquitiba. Esses municípios abrigam 1725 UPA, sendo 1599 com vegetação natural. O projeto, no entanto, não abrangerá o município de Juquitiba

Em Itariri predomina a monocultura de banana, seguido de Peruíbe e Miracatu. Já em Pedro de Toledo há predomínio de pastagens.

O desafio maior na região envolve desde a sensibilização da população até sua organização para aplicação dos instrumentos previstos para a mudança no manejo da monocultura de banana com vistas à redução dos impactos decorrentes do sistema de

produção tradicional. Uma alternativa seria a implantação de sistema agroflorestal e o não uso de pesticidas.

Pedro de Toledo apresenta potencial para fornecimento de produtos orgânicos e/ou sustentáveis para pousadas e hotéis, onde já há iniciativas individuais, além de artesanato com fibra de banana e resgate da produção de alecrim.

Em Peruíbe, apesar da existência de produtores de mudas nativas, há demanda em função da duplicação da BR. Outra atividade é a extração de caxeta para a produção de tamancos.

Em Itariri observa-se a necessidade de restauração de APP, demandando a produção de mudas..

Além disso, há possibilidade de instalar indústria para biocombustíveis e agricultura orgânica como alternativa a banana, o que pode estimular a aplicação dos instrumentos do programa.

No Núcleo Itariru serão implementadas as ferramentas CVS e CERT e PSA.

Estação Ecológica de Bananal (EEB)

A Estação Ecológica de Bananal encontra-se totalmente localizada no município de Bananal. Das 297 UPA existentes, 217 possuem vegetação natural ocupando quase 46,8% do município. O principal uso da terra é a pastagem, embora a região tenha grande quantidade de remanescentes florestais. A estratégia da EE Bananal para minimizar suas reduzidas dimensões é o incentivo a criação de RPPN no entorno, permitindo assim ampliar a área protegida, além de contribuir para melhorar a conectividade especialmente entre o Parque Nacional da Bocaina e o PESM.

A EEB será contemplada com a aplicação das ferramentas CVS, CERT e PSA em sua zona de amortecimento².

Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier (APA SFX)

A APA SFX se localiza integralmente no município de São José dos Campos. Das 987 UPA, 556 possuem vegetação natural, sendo 57,60% com pastagem³ e 82% dos

² Convém esclarecer que o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Bananal foi elaborado em 2010, com ampla participação do conselho consultivo, até a fase de Zoneamento e delineamento de Programas de Gestão. Por questões jurídico-administrativa da Fundação Florestal a elaboração do Plano de Manejo foi interrompida. O Componente 3 admite a Zona de Amortecimento proposta nesse Plano de Manejo para execução de suas atividades.

³ Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) 2007/2008 disponível na webpage <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>

produtores não utilizam assistência técnica. A principal cadeia produtiva na APA ainda é a produção extensiva de leite. Outros produtos como a truticultura, o shitake, os demais cogumelos, o leite de cabra, o mel e as mudas nativas ainda são cadeias não plenamente orgânicas ou sustentáveis do ponto de vista de utilização dos recursos naturais da APA.

A produção de mudas nativas é uma atividade existente no município, cuja cadeia necessita de fortalecimento no que se refere a infraestrutura, trabalho com agricultores, obtenção de sementes e formação de pomares. Há muitas agroindústrias, com potencial para São Francisco Xavier tornar-se um centro de referência em negócios sustentáveis. Ademais, a Prefeitura objetiva potencializar negócios sustentáveis, tornando-se um grande parceiro na execução do Programa. Desde 2013 a Prefeitura iniciou a formulação do Programa Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), o qual se coaduna com grande parte das ações previstas no presente projeto.

Na APA SFX serão aplicadas as seguintes ferramentas: PSA, CERT e CVS.

2.2. Critérios utilizados para a seleção das Unidades de Conservação

A seleção das áreas de intervenção do Projeto no Componente 3 considerou os seguintes critérios:

- Áreas nas Zona de Amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral (UCPI) ou no interior de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UCUS), com uso e ocupação da terra distintos;
- Potencial de replicar experiências positivas em outras UC similares com fragmentos de Mata Atlântica;
- Princípio de focar as atividades em poucos lugares para conseguir um impacto notável dentro dos prazos do projeto;
- Experiências e projetos exitosos e em andamento na área de abrangência do Projeto.

3. POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS DO COMPONENTE 3

Os potenciais beneficiários do Componente 3 são os produtores rurais e demais elos das cadeias de valor que se encontram nas áreas selecionadas. Estima-se que aproximadamente 800 famílias poderão se beneficiar das diversas ações previstas, no período de execução das atividades.

4. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

A implantação das ações previstas para o Componente 3 resultarão da aplicação da metodologia *Management Effectiveness Tracking Tool* (METT) e das ferramentas de

Certificação de Produtos/Extrativismos (CERT), Fortalecimento de Cadeias de Valores Sustentáveis (CVS) e Pagamento Por Serviços Ambientais (PSA).

O primeiro deles – METT – é uma metodologia de avaliação e monitoramento da efetividade da gestão e será aplicada nas unidades de conservação. As demais ferramentas - CERT, Fortalecimento de CVS e PSA – serão aplicadas nas Zonas de Amortecimentos das UC de Proteção Integral e na totalidade do território da APA e deverão, na medida do possível, ser integradas para aumentar a efetividade das ações de conservação da Mata Atlântica. Esta estratégia atende uma das premissas do Componente 3 do Projeto que preconiza que a sinergia das ações deverá potencializar os esforços de restauração da Mata Atlântica.

Desta forma, foram aplicados questionários METT para configurar o marco zero ou linha de base do projeto e para definir as principais necessidades das 4 UCs estaduais elencadas para execução do Componente 3. Durante a execução do Projeto serão novamente aplicados os questionários METT no primeiro, no terceiro e no último ano do projeto, para avaliar a evolução da efetividade de gestão resultante das ferramentas aplicadas.

Nos primeiros meses do projeto, será promovida a estruturação das UCs. As articulações institucionais necessárias à implantação das ferramentas e toda a preparação/mobilização dos potenciais beneficiários dos instrumentos de PSA, CERT e CVS deve ser feita de forma integrada, com o objetivo de otimizar esforços e recursos.

Os processos de CERT serão articulados na medida do possível com os mecanismos de CVS desenvolvidos pelo projeto, para fortalecimento da organização dos produtores e sua inserção efetiva nos mercados. Com isso, espera-se que o resultado do processo de CVS possa ser maximizado no seu objetivo final de melhorar as condições de sustentabilidade socioeconômica dos produtores a serem beneficiados com o Projeto.

Adicionalmente, os produtores poderão, quando couber, acessar os mecanismos de PSA, também previstos no Projeto, o que ajuda a composição do resultado econômico do estabelecimento rural conduzido de forma sustentável, reforçando o pacote de estímulos para a conservação da biodiversidade nas áreas selecionadas.

Ao final é importante que, novamente de forma integrada, seja realizada Mobilização, Capacitação para CERT, CVS e PSA de novos produtores nas áreas selecionadas. A Figura 1 apresenta um esquema geral do que é proposto para o Componente 3.

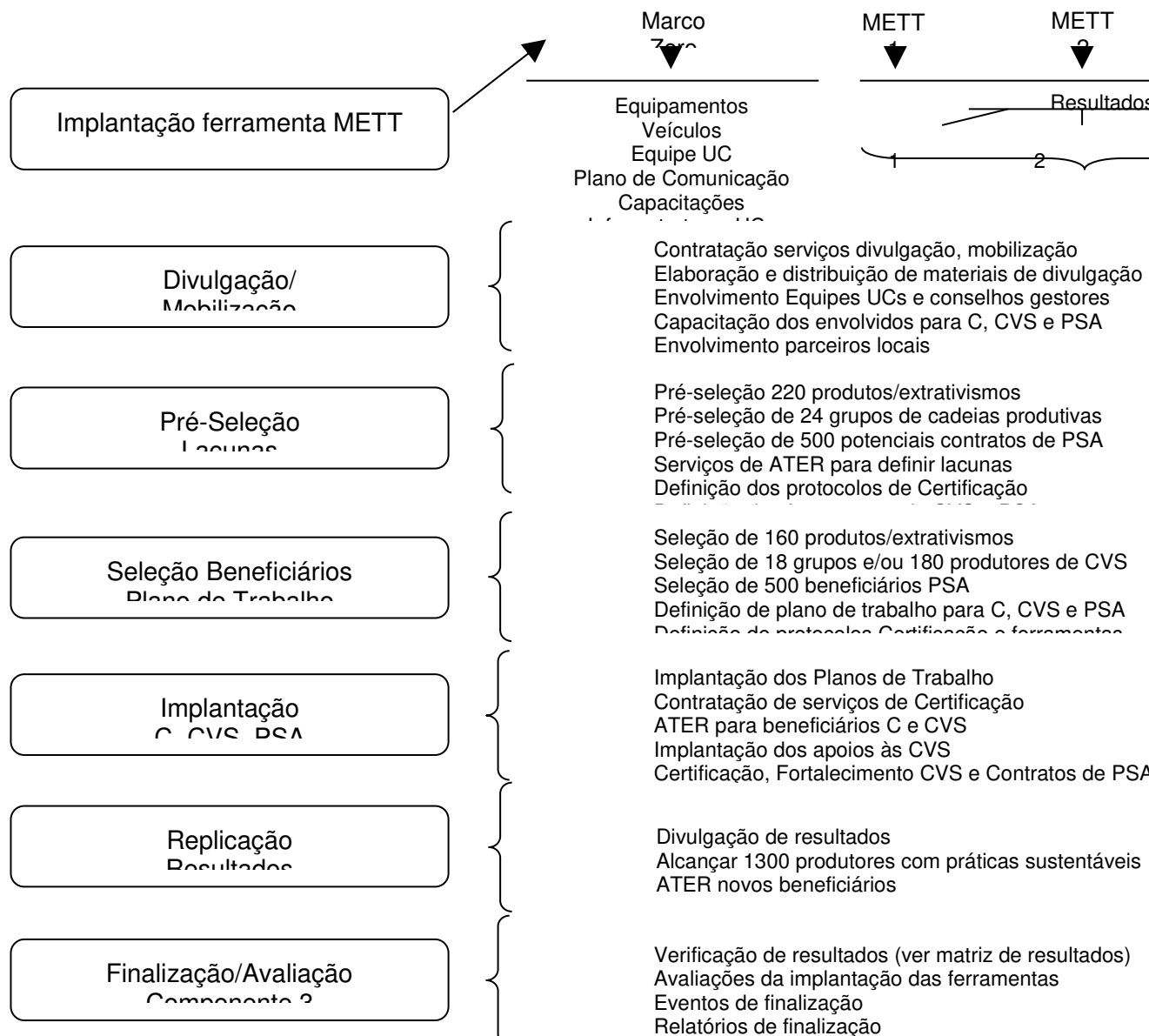


Figura 1. Mobilização, Capacitação para CER, CVS e PSA em áreas protegidas nas áreas selecionadas

5. ESTRATÉGIA OPERATIVA POR INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO

5.1. Management Effectiveness Tracking Tool (METT)

METT é uma ferramenta de avaliação desenvolvida para monitorar a efetividade das ações de conservação em áreas protegidas. A metodologia baseia-se em uma rápida avaliação de seis elementos de gestão: contexto, planejamento, insumos, processos, produtos e resultados e, com base em um questionário, cada um desses componentes recebe uma pontuação. Na medida em que são implementadas ações de melhoria da gestão da UC, espera-se que a pontuação de cada um dos componentes aumente. A

metodologia é básica e de fácil utilização e fornece um mecanismo expedito de monitoramento e avaliação do progresso da eficácia da gestão.

As atividades resultantes da aplicação da ferramenta METT foram listadas para as quatro áreas protegidas elencadas para o projeto. Após a aplicação do questionário que representa a Linha de Base do projeto, foram estabelecidas prioridades para a estruturação da gestão daquelas UCs, considerando-se a localização, a categoria e as dificuldades peculiares de cada UC. Em linhas gerais serão utilizados os seguintes recursos para melhoria da gestão:

Aquisição de equipamentos e softwares

Trata-se de mobiliários, equipamentos de informática, equipamentos de cine-foto-som, equipamentos de rádio-transmissores e GPS. Os computadores serão contemplados com softwares tipo Office e outros aplicativos adicionais, como softwares de geoprocessamento e de edição de imagem e som, usualmente necessários para as diversas funções que a gestão de UC demanda.

Aquisição de veículos

Para cada UC será destinado um veículo que atenda às respectivas necessidades e peculiaridades locais.

Equipe

Cada uma das UC receberá o apoio de uma equipe composta por um profissional de nível superior e um de nível médio, por processo de contratação que privilegie profissionais de formação ampla, com habilidades em softwares de geoprocessamento, elaboração de relatórios e projetos, uso de aplicativos tipo editor de texto, planilhas, bancos de dados e outros. Estes profissionais terão função ampla na UC durante a execução do projeto, apoiando o gestor e o conselho gestor durante toda a fase de execução do projeto.

Plano de Comunicação

Será contratado serviço para elaboração do plano de comunicação das UC integrantes. Este plano levará em consideração os acúmulos existentes em cada UC, bem como as regras e padrões visuais existentes. No caso dos Núcleos do PESM, algumas iniciativas apoiadas pelo Programa de Recuperação Sócioambiental da Serra do Mar, deverão ser consideradas. No caso da APA SFX há um plano de comunicação elaborado pelo Conselho Gestor, bem como algum material produzido com recursos de compensação ambiental.

Capacitação

Serão realizados até 16 eventos de capacitação ao longo do Projeto. Durante a execução este número poderá ser alterado, em função da quantidade de recursos disponíveis e das demandas que poderão surgir. Os eventos de capacitação serão realizados por meio de contratação de serviços, sendo que o programa definitivo de cada evento será realizado sob coordenação da Fundação Florestal, ouvidas as demais estruturas do projeto.

Serviços e ações diversas

Além dos projetos comuns a todas as UCs, cada UC definiu prioridades específicas. O Núcleo SV priorizou a implantação de um centro de visitantes, na sede do município. A APA SFX deliberou pela implantação de um centro de referência para negócios sustentáveis. A EE Bananal elencou ações de sinalização, educação ambiental e divulgação de resultados e o Núcleo Itariru decidiu pela implantação de estruturação de espaços de divulgação dos resultados do projeto. Estas ações serão detalhadas para implantação após o 18º mês, tempo necessário para a maturação do Projeto, bem como contemplar temas que surjam durante sua primeira fase de execução.

Realização dos questionários METT

Com a mesma metodologia aplicada pelos consultores na Linha de Base do Projeto, serão aplicados os questionários METT nos anos um, três e cinco do projeto. A ferramenta METT é o principal instrumento de avaliação da efetividade das ações e estruturação previstas no Projeto e será fundamental para aferição dos resultados.

5.2. Certificação

O objetivo é de melhorar as condições de sustentabilidade socioeconômica dos produtores beneficiados com o projeto por meio da certificação (CERT), que pode criar incentivos para a melhoria de questões ambientais e socioeconômicas, com a diferenciação de produtos baseada nos atributos ambientais e sociais.

5.2.1. Sistemas de Certificação Selecionados

Os sistemas de certificação selecionados são:

- **Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg (Orgânico Brasil)**

- Instituído pela Lei Federal nº. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, esse processo de certificação pode se dar por terceira parte (auditoria externa) ou por Sistema Participativo de Garantia (SPG);
- **Rede de Agricultura Sustentável (RAS)**, que se constitui em grupo de organizações internacionais sem fins lucrativos que trabalham para a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento rural;
- **Forest Stewardship Council (FSC)** é uma organização independente, não governamental, sem fins lucrativos, criada para promover o manejo florestal responsável ao redor do mundo;
- **Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR)** sistema de certificação florestal brasileiro, reconhecido internacionalmente pelo PEFC - Programme for the Endorsement of Forest Certification.

Além destes sistemas, o Componente 3 adota o Protocolo de Transição Agroecológica desenvolvido pelas secretarias de Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, considerado adequado para os objetivos do Projeto. Trata-se de um processo gradual de transformação das bases produtivas e sociais para recuperar a fertilidade e o equilíbrio ecológico de agroecossistemas, em acordo com os princípios da Agroecologia.

O Anexo 1 apresenta o marco legal e conceitual, bem como quadro comparativo, dos protocolos de certificação selecionados.

Para a seleção dos protocolos de certificação foram considerados os seguintes fatores:

- Reconhecimento no mercado internacional ou nacional;
- Requisitos ambientais aderentes aos objetivos do projeto, especialmente no que diz respeito à conservação e manejo sustentável de recursos florestais e requisitos claros de manutenção e gestão ativa da biodiversidade;
- Maior possibilidade de agregação de valor aos produtos certificados;
- Possibilidade de aplicação em pequenas propriedades, produtos de extrativismo florestal, certificação em grupo e certificação de produtos processados;
- Adequação da norma técnica aos objetivos de conservação da biodiversidade pelos estabelecimentos agropecuários e aos requisitos da legislação ambiental brasileira;
- Possibilidade de certificação de explorações agroextrativistas e de produtos florestais não madeireiros, inclusive com regras estabelecidas para exploração destes recursos em UCUS;
- É amplamente apoiado por políticas públicas e financiamentos oficiais, o que favorece a adoção por outros produtores não contemplados pelo Projeto e a continuidade do processo de certificação dos produtores beneficiados pós-Projeto;

- Permite a certificação em grupos de produtores (associações, cooperativas, etc.) e a certificação de produtos processados;
- As compras oficiais de programas do governo, como por exemplo para a alimentação escolar, privilegia a aquisição de produtos orgânicos, com o pagamento de prêmio de 20% no preço em relação ao produto convencional;
- A existência de inúmeros canais de comercialização locais e regionais, além de grande procura pelas grandes redes de supermercados;
- Várias instituições do Estado de São Paulo, como o SEBRAE e SAA/CATI, apoiam projetos de assistência técnica para grupos de produtores orgânicos, além de iniciativas das prefeituras municipais.

5.2.2. Áreas de intervenção da ferramenta CERT

As áreas selecionadas, e os produtos previamente identificados (Quadro 1) para receber o apoio do projeto são:

- APA São Francisco Xavier; mudas, e sementes florestais, mel,.;
 - Zona de Amortecimento da Estação Ecológica Bananal – melíponas, horticultura, frutas nativas, mudas e sementes;
 - Zona de Amortecimento do Núcleo Santa Virgínia: palmeira juçara (polpa, semente e mudas), frutas nativas, medicinais e aromáticas, pinhão;
 - Zona de Amortecimento do Núcleo Itariru: banana, mudas e sementes florestais.

5.2.3. Requisitos de Elegibilidade de Participantes para Certificação

Para participar do projeto os produtores devem:

- Ser pequenos ou médios produtores, podendo ser proprietários, posseiros com posse pacífica ou arrendatários;
- Com propriedade localizada, com mais de 50% da área do imóvel, nas ZA da Estação Ecológica Bananal, dos Núcleos Santa Virgínia e Itariru do PESH e no interior da APA São Francisco Xavier;
- Possuir registro no CAR (Cadastro Ambiental Rural);
-

Terão prioridade para participar do projeto os produtores:

- Vinculados a associações, cooperativas e outras formas de organização da produção e/ou comercialização;

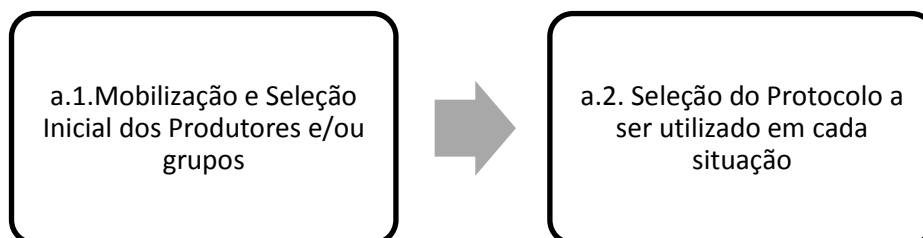
- Aqueles produtores que manifestarem interesse de participar do programa de CVS e do PSA oferecidos pelo Componente 3;
- Adicionalmente poderão ser aplicados os mesmos critérios de elegibilidade para a participação do programa de PSA Uso Múltiplo para avaliação da importância do fragmento florestal da propriedade para os objetivos de conectividade e paisagem;

5.2.4. Etapas do Processo da Ferramenta Certificação

A certificação contempla as seguintes etapas:

- a) Preparação
- b) Pré-Avaliação
- c) Plano de Trabalho para Implementação e Assistência Técnica
- d) Execução - Certificação
- e) Disseminação do instrumento - Mobilização, Capacitação para Certificação de novos produtores nas áreas selecionadas.

a. Preparação



a.1. Mobilização e Seleção dos Produtores e/ou Grupos

A Mobilização dos produtores será feita sob responsabilidade da Fundação Florestal, com apoio dos Conselhos Consultivos das UCs, garantindo ampla divulgação entre o público potencial. Estão previstas duas reuniões em cada uma das áreas do projeto, onde serão esclarecidos os detalhes pertinentes à certificação do MO e do regulamento de certificação, os critérios de elegibilidade dos produtores beneficiários, as obrigações de cada parte envolvida no programa e os prazos de implementação de cada etapa prevista. Durante as reuniões os produtores poderão fazer a adesão prévia de interesse, preenchendo um cadastro (com informações que serão utilizadas para a avaliação de elegibilidade e prioridades em face aos critérios estabelecidos), com dados de localização do

estabelecimento rural e informação de contato dos responsáveis pela exploração agropecuária. Neste cadastro o responsável deve firmar o interesse de submeter sua exploração a uma pré-avaliação e diagnóstico de situação.

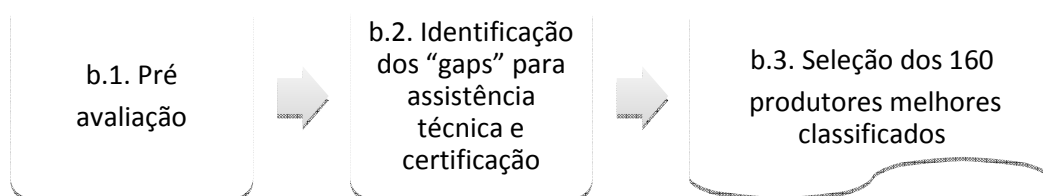
Serão selecionados até 220 produtores/explorações habilitadas para receber a pré-avaliação. A seleção será conduzida pela Fundação Florestal com base nos relatórios de pré-avaliação entregues pela consultoria responsável pela sua realização. Caso não haja a adesão prévia de 220 produtores a pré-avaliação, será feita com o número de produtores cadastrados que cumpram os requisitos mínimos de elegibilidade.

Neste caso novo esforço de mobilização e sensibilização dos produtores deve ser feito para atingir a meta de mínima de 160 produtores cadastrados.

a.2. Seleção do Protocolo a ser utilizado em cada situação

A opção pelos protocolos de certificação selecionados – Orgânico Brasil, RAS, FSC, CERFLOR e Protocolo de Transição Agroecológica - será feita levando em consideração o resultado da pré-avaliação e o potencial de vinculação do produtor a uma das CVS apoiadas pelo projeto. A certificação em grupo de produtores, independente do protocolo escolhido deve ser priorizada tendo em conta a sustentabilidade futura do projeto.

b) Pré-Avaliação



A pré-avaliação dos 220 produtores/estabelecimentos, será realizada por empresa ou consultoria contratada com recursos BID/GEF, por meio de edital de seleção de empresas de consultoria, através de Termo de Referência previamente aprovado pela Fundação Florestal. Uma proposta do checklist de pré-avaliação encontra-se no Anexo 2. Se o produtor está classificado como pequeno ou médio, a área de produção está localizada na área de atuação do projeto e possui registro no CAR, ele deve preencher o questionário do Anexo 3. Caso ele não possua registro no CAR, a consultoria contratada deverá auxiliá-lo na elaboração do Cadastro da propriedade.

Os objetivos da pré-avaliação são:

- Validar a campo as informações do estabelecimento,;
- Avaliação dos “gaps” do estabelecimento em relação às normas dos protocolos de certificação selecionados e avaliação das possibilidades de certificação e de participação nas atividades previstas para apoio a CVS;
- Avaliação dos “gaps” tecnológicos do sistema de produção, de adequação ambiental e comerciais do estabelecimento;
- Caso o produtor no pré-cadastro tenha optado por participar do programa de PSA do Componente 3, também deverão ser avaliadas as condições estabelecidas nos requisitos específicos;
- Coleta de informações necessárias para o estabelecimento da linha de base para avaliação dos resultados esperados e impactos do programa de certificação, CVS e PSA do Componente 3.

b.3. Seleção dos 160 produtores

Com o resultado consolidado da pré-avaliação serão escolhidos 160 produtores/estabelecimentos melhor classificados de acordo com os critérios de elegibilidade.

Um relatório resumido, com informações relevantes dos produtores escolhidos será apresentado ao Conselho Consultivo das UCs (PESM, EEB e APA SFX), ou para uma comissão técnica escolhida pelos conselheiros. O gestor da UC, na qualidade de Presidente do Conselho, deve participar de todo o processo com responsabilidade de garantir os critérios de elegibilidade.

Os produtores selecionados deverão assinar um termo de adesão ou contrato com a FF, onde estarão estabelecidas todas as obrigações e deveres das partes envolvidas.

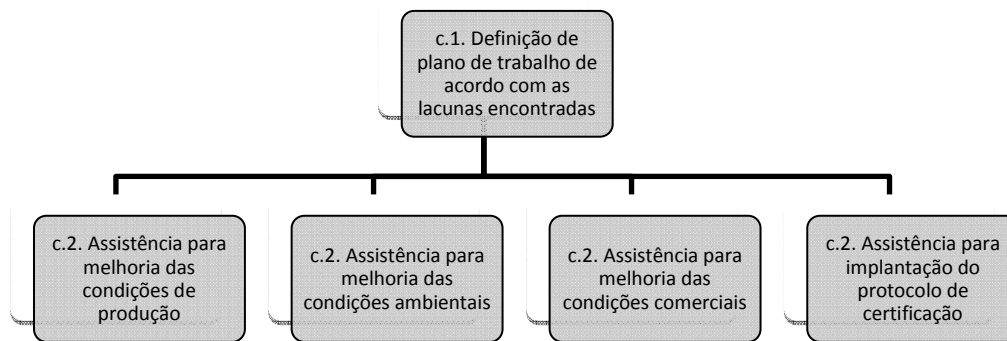
No caso de desistência ou exclusão de produtores, novos produtores poderão ser incorporados como beneficiários, seguindo o ranking de pontuação e a validação pelo Conselho Consultivo, desde que as substituições não comprometam o cronograma de execução do componente.

Os relatórios individuais dos 160 produtores devem incluir, no mínimo:

- as necessidades de suporte e assistência técnica para atender as normas de certificação e adequação aos protocolos;
- as necessidades de Assistência Técnica para adequação produtiva, ambiental e comercial no nível de campo;
- adequação dos produtores para participação das atividades de CVS e PSA, para o Componente 3;

- as coordenadas geográficas da sede do estabelecimento e sua espacialização na ZA e interior da APA- SFX serão consolidados em um banco de dados digital;
- parecer técnico com considerações sobre o protocolo de certificação mais adequado ao produtor/estabelecimento avaliado.

c) Plano de Trabalho para Implementação e Assistência Técnica



As atividades de Assistência Técnica serão executadas nas áreas selecionadas do Componente 3, através da contratação de empresa/consultoria especializada. O processo de contratação será feito pela Fundação Florestal.

Os 160 produtores selecionados após a pré-avaliação, estarão aptos a receber as atividades de assistência técnica previstas no Projeto em conformidade com os relatórios individuais.

c.1. Elaboração do Plano de Trabalho

Com base nos gaps apontados nos relatórios individuais resultantes da pré-avaliação, a empresa de assistência técnica deverá apresentar o Plano de Trabalho com as atividades propostas para a superação dos gaps tecnológicos de produção, adequação ambiental e comercial do estabelecimento. O mesmo deve constar com relação às dificuldades e aos “gaps” para a implementação dos requisitos do protocolo de certificação.

O Plano de Trabalho deverá ter a concordância formal do produtor beneficiário e a aprovação prévia da Fundação Florestal.

O descumprimento injustificado pelo produtor das obrigações acordadas no Plano de Trabalho poderão justificar sua exclusão do Projeto pelo órgão executor.

c.2. Assistência Técnica

A partir do Plano de Trabalho serão definidas as atividades detalhadas da assistência que poderá objetivar a melhoria das condições de produção; condições ambientais; das condições comerciais e para implantação do protocolo de certificação.

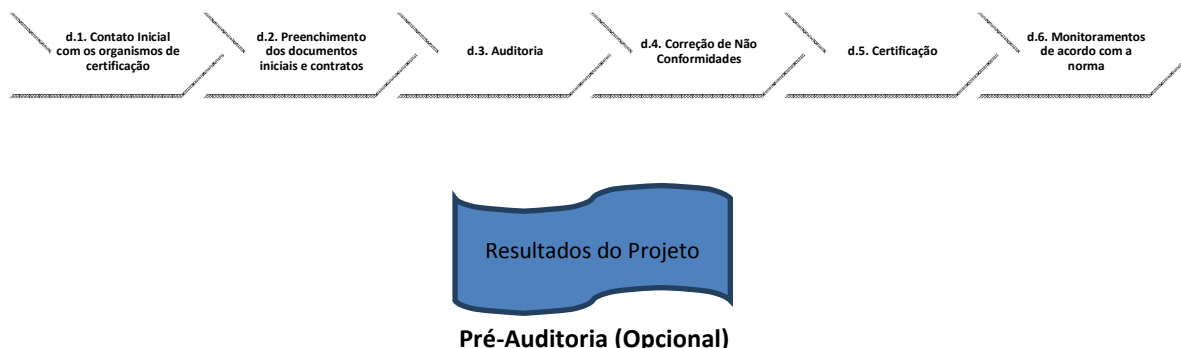
As atividades de assistência técnica serão executadas através:

- De atendimento individual no estabelecimento rural, por meio de visitas programadas e previamente agendadas com os produtores beneficiários do projeto. No caso de grupos de produtores, identificados na pré-avaliação por “gaps” comuns, poderão ser programadas atividades coletivas. Caberá à empresa contratada toda a responsabilidade de programação e agendamento com os produtores.
- A empresa/consultoria contratada deverá apresentar relatório sintético de cada uma das visitas a campo para atendimento dos produtores, contendo as atividades desenvolvidas, as principais recomendações, avanços no período e manifestação sobre a continuidade do atendimento.
- Na primeira visita deve ser elaborado um croqui do estabelecimento com todos os detalhes do uso e ocupação do solo e localização de todos os remanescentes florestais, reserva legal e áreas de preservação permanente. Descrição detalhada de acessos, atividades e usos das áreas limítrofes, localização de nascentes e cursos de água.
- Deve ser apresentado um relatório com a recomendação de início do período de conversão do estabelecimento, considerando os requisitos das normas do protocolo de certificação a ser aplicado: Orgânico Brasil, RAS, FSC, CERFLOR ou Protocolo de Transição Agroecológica.
-

d) Execução - Certificação

Quanto aos sistemas de certificação por terceira parte (auditoria):

d.1. Contato Inicial com os organismos de certificação por terceira parte:



A certificação dos estabelecimentos e grupos selecionados deverá ser realizada por certificadora contratada mediante edital de seleção de Organismos de Certificação que atenda os requisitos técnicos e legais para cada protocolo escolhido:

- Orgânico Brasil: a certificadora deve possuir uma acreditação baseada na ISO Guia 65:1996 pelo Inmetro e estar credenciada junto ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)⁴ ;
- RAS: as certificadoras credenciadas no Brasil são Imaflora e IBD⁵;
- FSC: organizações acreditadas pela FSC via ASI – Accreditation Services International⁶
- CERFLOR: entidades acreditadas pela Divisão de Acreditação de Organismos de Certificação (Dicor), da Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) do Inmetro⁷.

Os recursos para a contratação serão do BID/GEF, executados pela FINATEC, de acordo com as regras estabelecidas neste MOP.

O edital para a contratação do Organismo de Certificação deve prever a certificação inicial do produtor e a manutenção por dois períodos anuais de manutenção, garantindo o pagamento integral dos custos de certificação (auditorias e demais taxas), sem ônus para o produtor selecionado.

d.2. Preenchimento dos documentos iniciais e contratos com os organismos de certificação

⁴ <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>

⁵ <http://san.ag/web/our-work/get-certified/>

⁶ <http://www.accreditation-services.com/>

⁷ <http://www.inmetro.gov.br/organismos/index.asp>

Tendo em vista que as informações decorrentes do processo de certificação envolvem confidencialidade entre o produtor certificado e o Organismos de Certificação, decorrentes da ISO Guia: 65, deve ser obtida a concordância prévia e formal do produtor e do Organismo de Certificação com relação ao uso destas informações.

Os produtores selecionados poderão ser certificados em duas opções:

Certificação individual	o produtor é responsável pelo cumprimento de todos os requisitos, assina um contrato diretamente com a certificadora e recebe o certificado em seu nome e em nome da propriedade
Certificação em grupo	o grupo é entidade responsável por vários produtores. A entidade (associação, cooperativa, etc.) é a responsável pela certificação, assina o contrato com a certificadora e recebe o certificado em nome de todos os produtores. O grupo deve possuir um gestor, com um sistema de gestão implementado que garanta a atuação junto aos produtores, e também deve ser auditado.

Para iniciar o processo de certificação os produtores/grupos, além de assinar um contrato com a certificadora, devem preencher todos os documentos iniciais, para fornecer à certificadora todas as informações necessárias ao processo.

d.3. Auditoria

As auditorias serão realizadas de acordo com as normas e requisitos legais do protocolo escolhido e com a periodicidade definida por esses e pela certificadora.

A auditoria avalia o cumprimento de todos os requisitos da norma e deve ser realizada por profissionais capacitados. Caso sejam encontrados pontos de não conformidade o produtor deve acordar com a certificadora como e quando serão resolvidas as não conformidades, antes da emissão do certificado.

A pré-auditoria é optativa e tem como objetivo avaliar a distância que o produtor/grupo está em relação ao protocolo selecionado.

d.4. Correção de Não Conformidades

A correção de não conformidades será de responsabilidade dos produtores, com apoio da assistência técnica contratada pelo Projeto.

d.5. Monitoramentos de acordo com a norma

A Fundação Florestal, mediante acordo prévio com a FINATEC, deve estabelecer os procedimentos de monitoramento do processo de certificação.

Após a emissão do certificado o produtor/grupo receberá auditorias de monitoramento, conforme determinado pelas normas, para garantir o cumprimento do protocolo. O monitoramento como especificado será por no mínimo 1 (um) ano, perfazendo um período de certificação de no mínimo 2 (dois) anos, tanto para produtores individuais como para os grupos selecionados.

A partir do terceiro ano espera-se que o produtor possa arcar com a continuidade do processo, por meio de outros programas públicos de apoio à certificação ou com recursos próprios.

Quanto aos sistemas de certificação sem auditoria de terceira parte:

Orgânico Brasil

Para a certificação de produtos orgânicos a metodologia empregada poderá ser baseada tanto na certificação por terceira parte, por meio de um Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC), quanto nos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) da qualidade orgânica, conforme o Decreto nº 6.323, de 27/12/2007, que regulamenta a Lei nº 10.831, de 23/12/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

O SPG é realizado pelos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) e também há emissão de qualidade reconhecido pelo Sis Org como certificação e poderá ser adotado pelo Projeto. Este sistema participativo pressupõe a mobilização dos fornecedores e colaboradores, que se reúnem para formar o OPAC, o qual será o responsável pela garantia da qualidade orgânica dos produtos fornecidos pelos membros fornecedores. O processo de avaliação da qualidade é semelhante ao realizado pela certificação por auditoria. Entretanto os procedimentos e protocolos de qualidade são estabelecidos pelos integrantes da OPAC, em consonância com a legislação

De outra forma, os produtores beneficiários do Projeto podem também optar por se tornarem membros de um SPG que já esteja funcionando. O interessado deve apresentar ao grupo um documento assinado que o encaminhará ao OPAC. Este documento deve ter:

- A manifestação de interesse em participar do SPG;
- Dados cadastrais solicitados pelo OPAC. No caso dos fornecedores, também os dados e informações da unidade de produção;
- Declaração de que conhece e cumpre todas as regras de funcionamento do SPG.

Caso o grupo concorde com a participação do interessado no SPG, basta registrar em documento essa aceitação e assinar, junto com ele, um contrato.

Os procedimentos e protocolos de qualidade são estabelecidos pelos integrantes da OPAC, em consonância com a legislação.

Além da certificação via terceira parte (OAC) e do Sistema Participativo de Garantia (SPG), a legislação brasileira prevê uma terceira forma de promover a produção orgânica junto aqueles produtores que desejam a venda direta sem certificação. Este é o caso da constituição de uma Organização de Controle Social (OCS). Nesta modalidade os produtores podem se organizar em grupos e cadastrar-se junto ao MAPA para realizar a venda direta sem certificação. Quando o produtor se cadastra apenas para venda direta sem certificação, o produtor fica impedido de vender para terceiros, podendo somente vender em feiras livres (ou direto ao consumidor) e para as compras do governo, como por exemplo, merenda escolar.

Protocolo de Transição Agroecológica

Trata-se de um protocolo de intenções para promoção, em cinco anos, da transição agroecológica e estímulo à produção orgânica no Estado de São Paulo. Não envolve a contratação de empresas certificadoras acreditadas, mas envolve a parceria de extensionistas e instituições de ATER que fornecem as orientações necessárias para a transformação do cultivo.

Os extensionistas e as instituições de ATER ao assumirem a parceria com produtores rurais comprometidos com a transição agroecológica garantem o processo de monitoramento e verificação.

O Protocolo de Transição Agroecológica é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por meio de suas secretarias de Meio Ambiente e Agricultura e Abastecimento em parceria com a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e Instituto Kairós. e contempla nove diretrizes técnicas:

I. Adotar práticas de conservação do solo e de controle de erosão

II. Utilizar práticas que aumentem a proporção de matéria orgânica no solo

III. Diversificar o uso do solo e aumentar a agrobiodiversidade

IV. Utilizar fertilizantes orgânicos e adubos verdes

V. Promover o uso racional e o reaproveitamento da água

VI. Realizar o manejo ecológico de pragas e doenças

**VII. Promover a adequação ambiental da propriedade por meio da inscrição no CAR e adesão ao P
Regularização Ambiental, quando necessário**

VIII. Destinar corretamente os dejetos humanos e as águas cinzas

IX. Destinar corretamente os resíduos sólidos

Mobilização, Capacitação para Certificação de novos produtores nas áreas selecionadas

Com a finalidade de incentivar outros produtores da região a participarem do esforço de certificação, deverá ser realizado, a partir da segunda metade de execução do projeto, um evento que reunirá produtores e potenciais financiadores de processos de certificação. O evento deve apresentar experiências dos participantes do Projeto, com os diversos tipos de certificação: Orgânico Brasil (SPG/OPAC e OAC), RAS, CERFLOR e Protocolo de Transição Agroecológica, experiências de produtores de outras regiões e agências que possam financiar novas adesões, entre elas MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), entre outras.

5.3. Cadeias de Valor Sustentáveis

O objetivo é aumentar a produtividade e o comércio e, em última instância, o retorno econômico para os pequenos produtores e pequenas empresas locais, associando, em longo prazo, valores ambientais e sociais.

Portanto, atuando com uma estratégia de Cadeia de Valores Sustentáveis, será possível criar incentivos para pequenos produtores das regiões selecionadas, por meio da diferenciação de produtos baseada nos atributos ambientais e sociais.

5.3.1. Critérios para a seleção dos produtos

- Contribuição da espécie, produto ou cadeia para a biodiversidade e/ou conservação;
- Capacidade da cadeia de agregar atributos socioambientais a produtos já existentes;
- Viabilidade de mercado - capacidade desta cadeia de valor se desenvolver de forma rentável na região selecionada;
- Transformação de cultivos tradicionalmente nocivos, sob o ponto de vista social e/ou ambiental, em alternativas sustentáveis e perenes de renda;
- Presença, em cada uma das localidades, de articulações, parcerias ou contexto favorável ao desenvolvimento desta cadeia (seja do ponto de vista de alinhamento e adesão dos produtores, seja do ponto de vista de desenvolvimento de melhores práticas, ou até de fomento a iniciativas em andamento e de alta capacidade demonstrativa e de multiplicação);
- Potencial de desenvolvimento de toda cadeia de valor, e não apenas de um único elo ou produto.
-

5.3.2. Áreas de intervenção da ferramenta CVS e seleção inicial dos produtos

As cadeias descritas são exemplos do que pode ser fomentado pelo projeto, podendo ser incluídas outras cadeias desde que contribuam para o incremento da biodiversidade e simultaneamente contribuam para o aumento da renda dos pequenos e médios produtores/empreendedores . O Quadro 1 apresenta os produtos e breve descrição da importância e viabilidade da seleção.

Quadro 1. Cadeias Produtivas possíveis de serem estabelecidas em cada Unidade de Conservação

Produtos e cadeias produtivas	Breve descrição da importância socioeconômica	Viabilidade da seleção
Núcleo Santa Virgínia		
Palmeira juçara-polpa, semente e mudas	Planta chave para conservação do Bioma Mata Atlântica; diversas famílias produzindo polpa; oportunidade de conciliar produção e conservação.	Várias famílias produzindo; Consolidação da Rede Juçara; forte demanda por conta de parcerias já estabelecidas (merendas escolar, p. ex.), gerando insuficiência de estoque
Frutas nativas	Oportunidade conciliar produção e conservação; tendência recente de valorização de frutas (espécies) negligenciadas; potencial de desenvolvimento de plantios consorciados	Potencial de valorização de produtos que agregam atributos socioambientais
Medicinais e aromáticas	Oportunidade de conciliar produção e conservação; tendência recente de valorização de frutas (espécies) negligenciadas	Potencial de valorização de produtos que agregam atributos socioambientais
Melíponas	Espécies fundamentais para a conservação do Bioma	Potencial de valorização de produtos que agregam atributos socioambientais
Pinhão	Oportunidade de conciliar produção e conservação; tendência recente de valorização de frutas (espécies) negligenciadas.	Potencial de valorização de produtos que agregam atributos socioambientais
Núcleo Itariru		
Banana	90% das áreas do entorno tem como principal atividade a produção de banana; aumento progressivo de um fenômeno de favelização dentro das propriedades agrícolas	Grandes grupos varejistas interessados em produção orgânica; potencial de abrangência mais ampla com olhar para cadeia (fibras, p. ex.)
Mudas e sementes florestais		Grande demanda por mudas para reposição florestal e compensações ambientais; demanda para recuperação ambiental em função do projeto municipal de PSA
APA São Francisco Xavier		

Mudas e sementes florestais	Duas empresas na região que produzem 100 mil mudas/ ano cada uma delas; oportunidade de se mapear novos fragmentos e mais espécies	Grande demanda por mudas para reposição florestal e compensações ambientais; demanda para recuperação ambiental em função do projeto municipal de PSA
Estação Ecológica Bananal		
Melíponas Abelhas ativas sem ferrão * acredito que seja melhor compreensão	Espécies fundamentais para a conservação do Bioma Atividade de incremento na renda familiar; fomento a cadeia produtiva local; opção de substituição gradual de colméias de abelhas exóticas.	Potencial de valorização de produtos que agregam atributos socioambientais Diversificação do arranjo produtivo de propriedades rurais adjacentes a grandes fragmentos florestais.
Palmeira Juçara	Fonte de renda e geração de postos de trabalho no fomento da cadeia produtiva de poupa, sementes e mudas	Influência positiva no processo de proteção e dispersão da espécie nas áreas de abrangência
Araucária	Fonte de renda para propriedades localizadas em áreas de média altitude; fomento da cadeia produtiva local através do manejo sustentável da espécie	Estímulo a propagação, proteção e dispersão da espécie nas regiões com altitude superior a 800 metros.
Frutas Nativas (Cambuci, Pitanga, Grumixama, Araçá e Sapucaia)	espécies com potencial para processos de enriquecimento de fragmentos florestais; fomento a cadeia produtiva de fruta fresca, polpa, sementes e mudas	Valorização de frutas nativas do bioma mata atlântica; valorização da cultura gastronômica local; integração com ações de PSA de múltiplo uso.
Mudas e sementes florestais	viveiros ativos, em situação de informalidade, com expressivo potencial de geração emprego e renda	Unidades de produção que conferem um grande estímulo a investimentos privados de recomposição florística de APPs, restauração da paisagem e recuperação de áreas degradadas.

5.3.3. Critérios de Elegibilidade de Participantes para CVS

Para participar do projeto os produtores devem:

- Ser pequenos ou médios produtores, podendo ser proprietários, posseiros com posse pacífica ou arrendatários.
- Com propriedade localizada, com mais de 50% da área do imóvel, nas Zonas de Amortecimento da EEB e dos Núcleos Santa Virgínia e Itariru do PESM, e no interior da APA São Francisco Xavier.
- Possuir no interior da propriedade fragmento de vegetação da Mata Atlântica, com predominância de trechos em estágio médio de regeneração, com área igual ou maior que a reserva legal obrigatória.

Terão prioridade para participar do projeto os produtores:

- Vinculados a associações, cooperativas e outras formas de organização da produção e/ou comercialização.
- Vinculados ao grupo que aderirem ao programa de apoio à certificação e aqueles que manifestarem interesse de participar do programa de Pagamento por Serviços Ambientais oferecidos pelo Componente 3.
- Adicionalmente poderão ser aplicados os mesmos critérios de elegibilidade para a participação do programa de PSA Proteção, para avaliação da importância do fragmento florestal da propriedade para os objetivos de conectividade e paisagem.

Além dos produtores, podem ainda participar como beneficiários para CVS, os demais atores responsáveis pelos elos da cadeia, desde que a origem dos seus produtos esteja contemplada nos critérios acima e agreguem valor à cadeia.

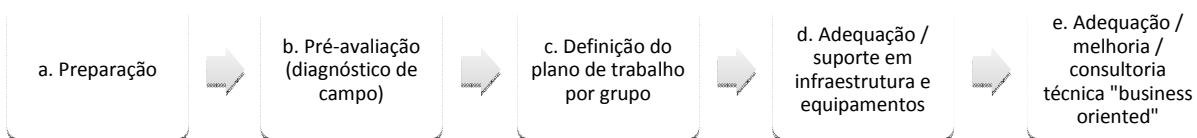
5.3.4. Etapas do Processo da Ferramenta CVS

Para execução da ferramenta Cadeia de Valor Sustentável nas áreas selecionadas devem ser seguidas as seguintes etapas de implementação.

O apoio a Cadeia de Valores Sustentáveis contempla as seguintes etapas:

- Preparação
- Pré-Avaliação
- Definição do Plano de Trabalho por grupo
- Adequação/Suporte em infraestrutura e equipamentos
- Adequação/melhoria/consultoria técnica "business oriented"

a) Preparação



a.1. Mobilização

A Mobilização dos produtores será feita sob responsabilidade da Fundação Florestal, com apoio dos Conselhos Consultivos das UCs, garantindo ampla divulgação entre o público potencial para participação, nos moldes da certificação.

Nas reuniões de sensibilização deverão ser cadastrados todos os interessados. Neste cadastro o responsável deve firmar o entendimento e concordância em se submeter ao diagnóstico de campo. Nestas reuniões devem ser esclarecidas as regras, critérios e modelos de funcionamento do programa.

São previstos o apoio a 12 grupos Serão cadastrados e submetidos a pré-avaliação 18 grupos.

b) Pré-avaliação (diagnóstico de campo)

O diagnóstico de campo consiste em:

- A partir das CVS identificadas (), mapear grupos de produtores, associações, comerciantes e outros interessados em desenvolver as atividades contempladas pelo projeto;
- Este mapeamento poderá ser realizado em reuniões de sensibilização em cada uma das quatro regiões piloto, abertas ao público em geral;
- Em visita de campo por grupo, previamente agendados, técnicos especializados deverão levantar os principais aspectos daquela cadeia de valor que demandam investimento e que estão alinhados com os princípios do Projeto;
- Esta visita de campo será precedida por um preenchimento, por parte de cada grupo, de um questionário simples (Anexo 4) que orientará o trabalho de campo.

Cada grupo terá uma média de .15 beneficiários, produtores ou não Os grupos poderão incluir associações, cooperativas, ONG, etc. O propósito de cada grupo será fortalecer elos de uma cadeia produtiva de forma sustentável.

Estima-se com isto um atendimento a 180 beneficiários diretos e uma abrangência de ao menos 3600 hectares. Um relatório resumido deverá ser elaborado pelos técnicos especializados, consolidando as informações sobre cada um dos grupos selecionados.

Os grupos selecionados deverão firmar contrato ou protocolo de intenções com a Fundação Florestal, de forma a estabelecer os compromissos e vínculos que se façam necessários.

O descumprimento injustificado das obrigações acordadas no Plano de Trabalho poderá justificar exclusão do Projeto pelo órgão executor.

c. Definição do Plano de Trabalho por grupo

Uma vez estabelecidos os grupos que serão apoiados em cada região, e uma vez identificados os principais "gaps" daquela cadeia, a fase inicial de investimento é o desenho de um Plano de Trabalho que incluirá a definição das assessorias técnicas necessárias, assim como eventuais necessidades de investimento em infraestrutura. O investimento em infraestrutura pode contemplar maquinários, equipamento, sistema de gestão, infraestrutura básica, e até mesmo obtenção de licenças específicas para aquele produto ou cadeia.

Caso sejam identificadas necessidades de maior vulto ou abrangência do que aquelas passíveis de serem cobertas pelo programa, o grupo e o consultor técnico desta fase deverão fazer um exercício de priorização com base em custo x benefício.

O Plano de Trabalho deverá:

- Definir um cronograma para as assessorias e para o investimento em infraestrutura;
- Obter a concordância formal do grupo beneficiário e a aprovação prévia da Fundação Florestal.

O descumprimento injustificado pelo grupo, ou qualquer parte do grupo, das obrigações acordadas no Plano de Trabalho poderão justificar sua exclusão do Projeto, mediante avaliação da UEG ouvido o Conselho Consultivo da UC.

d. Suporte em infraestrutura e equipamentos

Caso o plano de trabalho contemple investimento em infraestrutura, deve-se:

- Orçar e definir: especificações dos equipamentos, máquinas; metodologia de aquisição e promover cotação / licitação;
- Realizar procedimento de compra;
- Acompanhar utilização do equipamento/máquina;
- Desenhar o plano de manutenção.

e. Assistência / consultoria técnica "*business oriented*"

A partir dos "gaps" identificados, e com a contratação de suporte técnico especializado, os grupos receberão diversos tipos de consultoria ou assistência técnica que tenham como objetivo primordial promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos locais. Serão promovidas sessões de capacitação, estímulo ao associativismo e desenvolvimento, e acesso a mercados.

Como cada uma das cadeias e grupos trará demandas únicas, o Plano de Trabalho será o norte e funcionará como uma espécie de guia na contratação dos especialistas técnicos.

Os especialistas técnicos poderão apoiar os grupos selecionados, adicionalmente, na obtenção de crédito. Para isto, incluiu-se um mapeamento das principais fontes de crédito disponíveis no mercado.

A partir dos levantamentos já realizados, estima-se que as consultorias presenciais poderão envolver estudos de viabilidade, planos de negócio, gestão financeira, marketing, inovação e tecnologia, além de apoio no acesso ao crédito⁸, aproximação com novos mercados, novos fornecedores, novos parceiros de negócios.

Ainda que as consultorias possam atuar em qualquer uma das etapas ou elos da cadeia, a tendência é que os esforços se concentrem naquelas atividades mais voltadas à competitividade dos negócios, ou mesmo à viabilidade dos mesmos. Isto se deve a dois principais motivos:

- o subcomponente de certificação já estará dando forte contribuição nos aspectos de adequação ambiental e de produção; e
- são nestas esferas (de competitividade e viabilidade) que se encontram as maiores deficiências dos pequenos negócios.

São exemplos de áreas temáticas relevantes em competitividade e viabilidade de negócios: prospecção de mercados; precificação de produtos; gestão de custos; gestão financeira; gestão trabalhista; gestão fiscal e contábil; comunicação e marketing; obtenção de licenças (SIF/DIPOA); participação em programas de compras governamentais (Programa Nacional de Alimentação Escolar, p. ex.); associativismo e cooperativismo; embalagem e rotulagem; distribuição e logística; produção em escala; certificações, normas (ISO, ABNT, outras). Um escopo inicial do que considerar para cada temática está sintetizado no Quadro 2.

Para tanto, será necessário uma agenda de campo, onde devem ser previstos dias de campo nas consultorias nos anos 2, 3 e 4. A Figura 2 ilustra o desenvolvimento desta etapa. Assim, serão traçados objetivos conjuntos, e ações individuais para alcance dos mesmos.

Quadro 2. Síntese das principais questões a serem levantadas quando se trata de viabilidade de negócios

Prospecção de mercados	Gestão de custos	Gestão trabalhista
Como prospectar mercados; por que partir em busca de novos mercados; é necessário diversificar	Por que o controle de custos é vital; como fazer uma gestão de custos inteligente na pequena empresa; como gerir custos de forma econômica	Por que o “informal” é mais caro do que seguir a lei; como funcionam de fato as leis trabalhistas; usando as leis trabalhistas a favor de todos
Precificação de produtos	Gestão financeira	Gestão fiscal e contábil

⁸ Por definição o programa não inclui cessão direta de crédito aos grupos beneficiários ou produtores individuais, haverá, no entanto, suporte aos grupos na obtenção de documentação ou regularização para que os mesmos possam aceder linhas de créditos disponíveis no mercado. Algumas linhas de crédito relevante estão citadas neste relatório.

Entendendo o valor dos produtos e o preço deles; diferenciando qualidade e preço; diferenciando preço e custo; a definição de preço é parte da estratégia	Gestão financeira, de caixa e de custos, quais são as diferenças; crédito juntos a bancos; o que é ter crédito; por que manter uma boa gestão financeira	Contabilidade simples e fácil; entender as leis e regras contábeis; papel do contador; por que a contabilidade ajuda a entender a empresa
Comunicação e marketing	Associativismo e Cooperativismo	Participação em programas de compras governamentais
O que é comunicação e o que é marketing; por que devo entender de ambos numa empresa pequena; como a comunicação digital faz parte de um negócio como o meu	O cooperativismo é ou não é um modelo ultrapassado; trabalhando em equipe; como formar uma associação e como formar uma cooperativa; que restrições existem para estas duas formações	De que forma me benefico de programas governamentais de compras; quais são as dificuldades de se participar de compras de grandes volumes; que licenças e selos preciso para participar de grandes concorrências

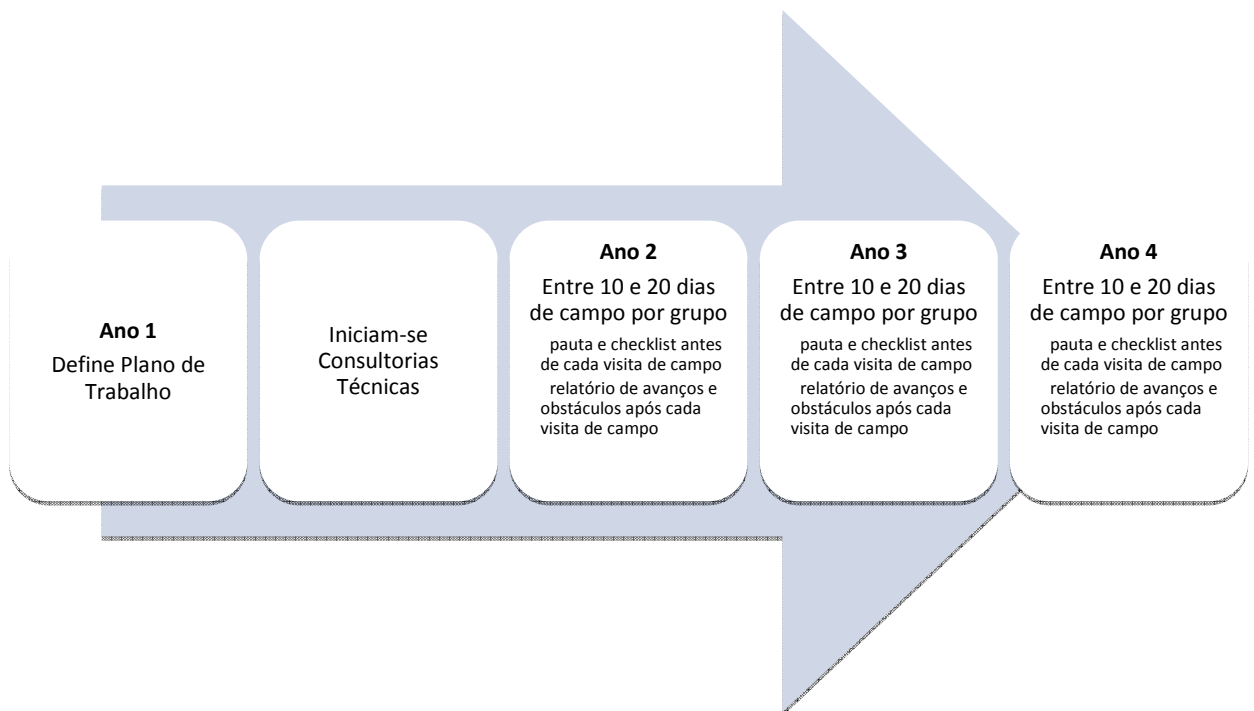


Figura 2. Etapas da assistência/ consultoria técnica

Cada visita de consultoria terá uma pauta específica e deverá ser acompanhada de um checklist (Anexo 5). Após cada consultoria o especialista deve emitir relatório com os avanços e obstáculos daquela visita.

Durante todo o processo o Plano de Trabalho deve ser acompanhado e revisto, por todo o grupo, de forma a se avaliar possíveis necessidades de correção de rota.

ANEXO 1. Quadro Comparativo dos Sistemas de Certificação

Sistema de Certificação	Requisitos para escolha de certificadora	Auditoria / Verificação	Duração do Certificado	Monitoramento	Custo Direto
Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Selo Orgânico Brasil)	Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e ao INMETRO	Auditoria a cada 6 meses	1 ano	Não se aplica.	Varia de acordo com a certificadora
	Área de atuação regional da OPAC/SPG	Comissão de Avaliação	1 ano	Visita de Verificação da Conformidade	Não se aplica.
Rede de Agricultura Sustentável (RAS)	Certificadores acreditados no Brasil: IMAFLORA e IBD	Realizada anualmente por meio de auditoria	1 ano	Realizada após cada auditoria anual, com tempo estipulado pelo certificador	Varia de acordo com a certificadora
FSC	Cadastradas em ASI – Accreditation Services International	Realiza visita de avaliação propondo adequações.	5 anos	Monitoramento anual	Varia de acordo com a certificadora
CERFLOR	Organizações acreditadas pela Divisão de Acreditação de Organismos de Certificação (Dicor), da Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) do Inmetro	Mediante solicitação a certificadora prepara um plano e uma proposta de auditoria, incluindo os custos e um cronograma para o processo de	5 anos	Auditoria anual do manejo, para verificação da implementação e monitoramento dos processos.	Varia de acordo com a certificadora

		avaliação.			
Protocolo de Transição Agroecológica	A certificação é realizada pelos signatários do Protocolo (SMA, SAA, AAO, Kairós)	Não se aplica.	1 ano, com renovação por no máximo 5 anos	A avaliação inicial gera um Plano de Correções analisado anualmente, dentro de um período de cinco anos. Avaliação anual do Plano de Correções; acompanhamento sistemático do técnico responsável.	Não se aplica

MARCOS LEGAIS E CONCEITUAIS:

1. SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA (Orgânico Brasil)

No Brasil, o Sistema Orgânico de produção agropecuária foi instituído pela Lei n°. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, com a finalidade de:

I - ofertar produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;

II - preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;

III - incrementar a atividade biológica do solo;

IV - promover um uso saudável do solo, da água e do ar; e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;

V - manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;

VI - a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;

VII - basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;

VIII - incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;

IX - manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas”.

O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, pela legislação brasileira, abrange os sistemas de produção denominados como: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura dentre outros, que atendam os princípios estabelecidos pela lei e regulamentos específicos.

Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele *in natura* ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável que é regulado por norma específica.

Entre as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, as que justificam a escolha deste sistema de certificação, por estarem mais diretamente relacionadas aos objetivos e metas do projeto GEF Mata Atlântica, são:

- Manutenção de esforços contínuos da rede de produção orgânica no cumprimento da legislação ambiental e trabalhista pertinentes na unidade de produção, considerada na sua totalidade;
- Desenvolvimento de sistemas agropecuários baseados em recursos renováveis e organizados localmente;
- Preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção, com especial atenção às espécies ameaçadas de extinção;
- Adoção de práticas na unidade de produção que contemplem o uso saudável do solo, da água e do ar, de modo a reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação e desperdícios desses elementos.

Os requisitos ambientais exigidos para a certificação dos estabelecimentos agropecuários constam do regulamento técnico (IN n° 46 de 7/10/2011), onde está definido que os sistemas orgânicos de produção devem buscar:

- A manutenção das áreas de preservação permanente;
- A atenuação da pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais e modificados;
- A proteção, a conservação e o uso racional dos recursos naturais;
- Incremento da biodiversidade animal e vegetal; e
- Regeneração de áreas degradadas.

A norma preconiza a adaptabilidade da produção as condições ambientais locais, a manutenção e recuperação de variedades locais, tradicionais ou crioulas ameaçadas pela erosão genética.

Especialmente, a norma técnica brasileira para a obtenção de produtos orgânicos por meio do Manejo Extrativista Sustentável Orgânico, instituída pela IN nº 17 de 28/05/2009, adequa-se sobremaneira aos objetivos do projeto, na medida em que os produtores certificados devem atender aos seguintes princípios gerais:

- Conservação dos recursos naturais;
- Manutenção da estrutura dos ecossistemas e suas funções;
- Manutenção da diversidade biológica;
- Desenvolvimento socioeconômico e ambiental local e regional;
- Respeito à singularidade cultural dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares; e
- Destinação adequada dos resíduos de produção, buscando ao máximo o seu aproveitamento.

<p>A certificação pode ser obtida pela contratação de uma Certificadora por Auditoria (OAC) ou se ligando a um Sistema Participativo de Garantia - SPG, que deverá estar sob certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica - OPAC</p>
<p>No caso de contratação da Certificadora por Auditoria, o produtor receberá visitas de inspeção inicial e periódicas e manterá obrigações perante o MAPA e a certificadora, com custo a ser estabelecido em contrato. Se o produtor</p>

descumprir as normas, a certificadora retira seu certificado e informa ao MAPA. Procure na lista de Entidades Regularizadas as Certificadoras por Auditoria já credenciadas pelo MAPA.

No caso da certificação por OPAC, o produtor deve participar ativamente do grupo ou núcleo a que estiver ligado, comparecendo a reuniões periódicas e o próprio grupo garante a qualidade orgânica de seus produtos, sendo que todos tomam conta de todos e respondem, juntos, se houver fraude ou qualquer irregularidade que não apontarem e corrigirem. Se o produtor não corrigir, o grupo deve excluí-lo, cancelar o certificado e informar ao MAPA. Procure na lista de Entidades Regularizadas os OPAC já credenciados pelo MAPA

2. REDE DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL (RAS)

A Rede de Agricultura Sustentável (RAS) é uma rede composta por organizações não-governamentais conservacionistas e independentes. A missão da RAS é integrar a produção agrícola com a conservação ambiental e o desenvolvimento das pessoas.

As organizações que compõem a RAS desenvolveram as normas aplicadas para certificar as propriedades agrícolas, dentro dos 5 princípios da agricultura sustentável. A norma atual é resultado de uma ampla revisão finalizada em 2016 e será aplicada nas auditorias realizadas a partir do mês de julho de 2017. Nesta nova versão, as propriedades devem promover⁹:

- A. Sistema eficaz de planejamento e gestão :
- B. Conservação da biodiversidade :
- C. Conservação de recursos naturais :
- D. Melhor subsistência e bem estar humano:
- E. Produção pecuária sustentável :
- F.

3. CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

⁹ http://www.imaflora.org/index.php/certificado/agricola_ras

Processo voluntário, onde uma terceira parte dá a garantia que um produto ou processo está em conformidade com um padrão pré-determinado (um conjunto de requerimentos), através da verificação da qualidade do manejo florestal em relação ao padrão.

A certificação florestal pode se dar em duas modalidades:

- Certificação do Manejo Florestal que garante a qualidade do manejo da florestal segundo critérios ambientais, sociais e econômicos. Nesta modalidade são passíveis de certificação os empreendimentos de grandes ou pequenos produtores, produtores individuais ou em grupo, privados ou públicos, comunidades, madeireiros ou não madeireiros.
- Certificação de Cadeia de Custódia que garante a origem da matéria prima florestal por meio de rastreabilidade. Podem ser certificados grandes ou pequenos beneficiadores, madeireiros ou não.

3.1 – FSC

Fundado em 1993 como resposta às preocupações sobre o desmatamento global, o FSC é um fórum pioneiro, que reúne vozes do hemisfério norte e sul, para definir o que é um manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável, e identificar ferramentas e recursos que promovam uma mudança positiva e duradoura nas florestas e nos povos que nela habitam.

Através de seu sistema de certificação, o selo FSC reconhece a produção responsável de produtos florestais, permitindo que os consumidores e as empresas tomem decisões conscientes de compra, beneficiando as pessoas e o ambiente, bem como agregando valor aos negócios.

O processo da certificação é conduzido por uma certificadora acreditada cabendo à ela avaliar operações de manejo florestal ou de cadeias de custódia para conceder o uso do selo FSC nos produtos, e auditar operações certificadas, seja de manejo florestal ou de cadeia de custódia. Também cabe à certificadora precificar e cobrar por este serviço.

O padrão FSC está baseado em dez princípios:

- ▶ Princípio 1: Cumprimento das Leis
- ▶ Princípio 2: Direitos dos Trabalhadores e Condições de Emprego
- ▶ Princípio 3: Direitos dos Povos Indígenas
- ▶ Princípio 4: Relações com a Comunidade
- ▶ Princípio 5: Benefícios da Floresta
- ▶ Princípio 6: Valores e Impactos Ambientais
- ▶ Princípio 7: Planejamento do Manejo
- ▶ Princípio 8: Monitoramento e Avaliação
- ▶ Princípio 9: Altos Valores de Conservação

- ▶ Princípio 10: Implementação de Atividades de Manejo

3.2 PROGRAMA BRASILEIRO DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL (CERFLOR)

No Brasil, desde 1996 a Sociedade Brasileira de Silvicultura – SBS, em parceria com algumas associações do setor, instituições de ensino e pesquisa, organizações não-governamentais e com apoio de alguns órgãos do governo, vem trabalhando com um programa voluntário denominado Cerflor - Programa Brasileiro de Certificação Florestal. O Cerflor surgiu para atender uma demanda do setor produtivo florestal do país, e desde 2002 está filiado ao Programa para o Reconhecimento dos Esquemas de Certificação Florestal (PEFC).

O CERFLOR tem como desafio principal sensibilizar empresários do setor florestal da importância da certificação. Além disso, busca fomentar e criar mecanismos para que pequenos e médios produtores florestais possam se certificar e disseminar a certificação de cadeia de custódia. Até a última atualização, em 16 de novembro de 2016, havia, no Brasil, 64 certificações de cadeia de custódia para produtos de origem florestal e 25 certificações de manejo florestal pelo Cerflor, que totalizam 2.904.195,76 hectares de florestas plantadas.

O Inmetro é o órgão gestor e acreditador do Cerflor e suas normativas são dadas pela ABNT, destinando-se às certificações de Manejo Florestal Sustentável (MFS) e Cadeias de Custódia. O MFS apoia-se em cinco princípios:

Princípio 1 Cumprimento da legislação

Princípio 2 Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade

Princípio 3 Zelo pela diversidade biológica

Princípio 4 Respeito às águas, ao solo e ao ar

Princípio 5 Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal

4. PROTOCOLO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Com o objetivo de apoiar agricultores e agricultoras a utilizarem um sistema produtivo com base nos princípios da agroecologia e tornar sua produção orgânica em até cinco anos, o Governo do Estado de São Paulo, por meio das Secretarias de Agricultura e Abastecimento e do Meio Ambiente, em parceria com o Instituto Kairós e a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), desenvolveu o Protocolo de Transição Agroecológica.

Transição Agroecológica é o processo gradual com orientação e acompanhamento de transformação das bases produtivas e sociais para recuperar a fertilidade e o equilíbrio ecológico do agroecossistema em acordo com os princípios da Agroecologia, priorizando o desenvolvimento de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis, considerando os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos.

A transição agroecológica está reconhecida no Projeto de Lei da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) de São Paulo; na Lei Municipal 16.140/2015 de aquisição de alimentação escolar do município de São Paulo; no Plano Municipal de São Paulo para Segurança Alimentar e Nutricional; Plano Nacional de Segurança Alimentar; Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, bem como no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A adesão de grupos de agricultores e agricultoras ao Protocolo de Transição Agroecológica pode ser realizada por meio de Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Organizações da Sociedade Civil, Prefeituras ou mesmo por grupos formados pelos próprios produtores, com a indicação de um técnico responsável pelo diagnóstico e acompanhamento da execução do Plano de Transição Agroecológica.

Os agricultores e agricultoras que receberam acompanhamento técnico e a visita de aplicação do checklist, recebem um certificado que atesta que sua produção está em processo de transição agroecológica. Este certificado pode ser apresentado nos pontos de comercialização, como feiras, eventos, mercados e até mesmo para compras coletivas de grupos de consumidores e compras institucionais (públicas e privadas).

O certificado ao mesmo tempo é uma ferramenta de reconhecimento às agricultoras e aos agricultores bem como de segurança para consumidores e estabelecimentos comerciais que adquirem esses produtos.

Nove diretrizes técnicas embasam o Protocolo de Transição Agroecológica:

- I. Adotar práticas de conservação do solo e de controle de erosão.
- II. Utilizar práticas que aumentem a proporção de matéria orgânica no solo.
- III. Diversificar o uso do solo e aumentar a agrobiodiversidade.
- IV. Utilizar fertilizantes orgânicos e adubos verdes.
- V. Promover o uso racional e o reaproveitamento da água.
- VI. Realizar o manejo ecológico de pragas e doenças
- VII. Promover a adequação ambiental da propriedade por meio da inscrição no CAR e adesão ao Programa de Regularização Ambiental, quando necessário.
- VIII. Destinar corretamente os dejetos humanos e as águas cinzas
- IX. Destinar corretamente os resíduos sólidos

Quadro comparativo entre Certificação Orgânica e Protocolo de Transição Agroecológica:

CARACTERÍSTICA	PRODUTO ORGÂNICO	PRODUTO EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA
IDENTIFICAÇÃO	Venda direta: Em feiras, cestas e grupos de consumo, o/a produtor/a comercializa sem o selo desde que possua a Declaração de Cadastro do Produtor/a Orgânico/a do Ministério da Agricultura (MAPA) e esteja em alguma Organização de Controle Social (OCS).	Não é obrigatório o uso de qualquer selo ou identificação. Mas o governo do Estado de São Paulo averigua e emite um certificado reconhecendo agricultoras e agricultores nesse processo de Transição.
USO DOS RECURSOS NATURAIS E VALORIZAÇÃO SOCIOCULTURAL	Foco no uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando e valorizando as relações sociais e culturais das comunidades rurais.	Igual ao orgânico.
CONSERVAÇÃO DO SOLO	Solo pouco revolvido, com cobertura vegetal e rico em microrganismos benéficos (solo vivo).	Processo gradual para atingir ou que já atingiu o parâmetro do orgânico.
CONEXÃO E INTEGRAÇÃO SER	Conexão entre o ser humano com o	Processo gradual para atingir ou que já

HUMANO E NATUREZA	sistema natural; maior compreensão dos sistemas naturais.	atingiu o parâmetro do orgânico.
USO DE FERTILIZANTES E OUTROS	Uso de compostos, esterco, biofertilizantes e/ou adubos orgânicos na busca pela autossustentabilidade.	Igual ao orgânico.
AGROBIODIVERSIDADE	Geralmente produção de escala menor e mais diversificada, aumentando a agrobiodiversidade.	Processo gradual para atingir o parâmetro do orgânico.
RISCO À SAÚDE DE QUEM PRODUZ	Agricultores e consumidores sem risco de contaminação por agrotóxicos e produtos químicos.	Risco de contaminação. Uso pontual e menor.
BENEFÍCIOS À SAÚDE DE QUEM CONSUME	Maior valor nutricional e compostos antioxidantes.	Valor nutricional significativo.
USO DE TRANSGÊNICOS E ADITIVOS ALIMENTARES QUÍMICOS (corantes, aromatizantes, estabilizantes,	Produtos livres de organismos geneticamente modificados (transgênicos) e baixíssimo teor	Geralmente uso limitado ao milho transgênico como cultivo ou em rações

emulsificantes, conservantes, anti-oxidantes, etc	aditivos alimentares.	para criação animal.
BEM-ESTAR ANIMAL E TRATAMENTO NATURAL	Locais limpos, arejados, sombreados, sem super lotação, com acesso facilitado às fontes de água e alimento, abate com o mínimo de sofrimento possível, preservação do comportamento natural da espécie. Sem agrotóxicos, produtos sintéticos, drogas veterinárias, hormônios e antibióticos.	Processo gradual para atingir ou que já atingiu o parâmetro do orgânico.

ANEXO 2. SUGESTÃO DE CHECK LIST DE PRÉ-AVALIAÇÃO

1. DADOS GERAIS			
Nome do Produtor			
Nome da Propriedade			
Localização (UC)			
Cidade		Estado	
Latitude		Longitude:	
Referência			
Cultura		Área (ha)	
Participa de algum grupo/associação?	S () N ()	Qual?	
Responsável pelo relatório		Data	
2. REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE			
Área da Propriedade (ha)			
Área da Reserva Legal (ha)			
Classificação da propriedade			
Pequena ()	Média ()	Grande ()	
Á área de produção está localizada na zona de amortecimento da Unidade de Conservação / na Área de Proteção Ambiental?	Sim ()		Não ()
Possui fragmento florestal que excede os 20% da Reserva Legal?	Sim ()		Não ()

Se o produtor está classificado como pequeno ou médio, a área de produção está localizada na zona de amortecimento / na APA e há fragmento florestal que excede a Reserva Legal – Preencher o questionário do ANEXO 3.

ANEXO 3. SUGESTÃO DE QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS PRODUTORES QUE CUMPREM OS REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE, PARA RANKING DOS PRODUTORES A SEREM BENEFICIADOS

Cada questão deve ser avaliada como Cumpre (Sim ou Não) ou Não se aplica (NA). Há um campo de observações que pode ser preenchido de acordo com a necessidade do responsável pela aplicação do questionário. Cada questão respondida positivamente vale um ponto. A somatória dos pontos será utilizada para a formação do ranking dos produtores.

2.1 QUESTÕES GERAIS				
Nº	Descrição	Cumpre (S/N)	NA	Observações
01	O estabelecimento busca a manutenção e a recuperação de variedades locais, tradicionais ou crioulas, ameaçadas pela erosão genética?			
02	A produção busca a promoção e a manutenção do equilíbrio do sistema como estratégia de promover a sanidade dos animais e vegetais?			
03	Há busca pela interação entre a produção vegetal e animal?			
04	São valorizados os aspectos culturais e a regionalização da produção?			
05	O sistema de produção busca realizar o melhoramento genético, visando à adaptabilidade das espécies às condições ambientais locais e rusticidade?			
06	A unidade de produção possui documentos e registros de procedimentos de todas as operações envolvidas na produção?			
07	Todos os documentos e registros são mantidos por um período mínimo de 5 anos?			
08	Existe um procedimento para tratar de reclamação?			
09	A propriedade possui um sistema de gestão social e ambiental, com os programas e os procedimentos necessários para cumprir a legislação nacional?			

10	A propriedade agrícola executa atividades permanentes ou em longo prazo para cumprir com os programas?			
11	São avaliados os possíveis impactos sociais e ambientais de novas obras ou atividades, tais como a expansão de áreas de produção ou a construção, a instalação de nova infraestrutura ou mudanças maiores nos sistemas de produção ou de processamento?			
12	A propriedade agrícola conta com os processos de decisão, monitoramento e análise necessários, incluindo reclamações de seus trabalhadores ou de outras pessoas, para avaliar o funcionamento do sistema de gestão social e ambiental e o cumprimento da legislação vigente?			
13	Os prestadores de serviços (terceiros) assumem o compromisso de cumprir os requisitos ambientais, sociais e trabalhistas enquanto operam dentro da propriedade agrícola, como quando realizam outras atividades externas relacionadas?			
14	A propriedade possui programa de capacitação e educação para garantir a execução eficaz do sistema de gestão social e ambiental e seus programas?			
15	A propriedade tem registro de suas fontes de energia e quantidade de energia utilizada anualmente em cada fonte para processos de produção, transporte e uso doméstico dentro dos limites da propriedade agrícola?			

2.2 QUESTÕES AMBIENTAIS

Nº	Descrição	Cumpre (S/N)	NA	Observações
16	O estabelecimento busca a manutenção das áreas de preservação permanente?			
17	O sistema de produção busca atenuar a pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais e modificados?			
18	O sistema de produção busca a proteção, a conservação e o uso racional dos recursos naturais?			

19	O sistema de produção busca o incremento da biodiversidade animal e vegetal?			
20	O sistema de produção busca a regeneração de áreas degradadas?			
21	A ocupação da unidade de produção considerando os aspectos ambientais estão sendo cumpridas?			
22	Todos os ecossistemas naturais existentes estão identificados, protegidos e recuperados mediante um programa de conservação?			
23	Não foi destruído nenhum ecossistema de alto valor, a partir de 1 de novembro de 2005, na propriedade agrícola, devido a atividades intencionais de produção na propriedade agrícola?			
24	As áreas produtivas não estão localizadas em lugares onde possam provocar efeitos negativos em parques nacionais, refúgios de vida silvestre, corredores biológicos, reservas florestais, áreas de amortização ou outras áreas de conservação biológica, públicas ou privadas?			
25	Há um plano de manejo sustentável aprovado pelas autoridades competentes ou elaborado por profissional competente, para derrubada, extração e colheita de árvores, assim como de plantas, sementes e outros produtos florestais não-madeireiros?			
26	Há uma separação mínima entre as áreas de produção e os ecossistemas naturais terrestres onde não são utilizados agroquímicos?			
27	Os ecossistemas aquáticos estão protegidos da erosão, deriva e do escoamento de agroquímicos até a água mediante o estabelecimento de zonas de proteção nas margens de nascentes, rios ou riachos permanentes e temporários, lagos, pântanos e nas margens de outros ecossistemas aquáticos?			
28	A propriedade possui barreiras (zonas) de vegetação entre o cultivo e as áreas de atividade humana dentro da propriedade agrícola, assim como entre as áreas de produção e as margens dos caminhos públicos ou de uso frequente que atravessam ou circundam a			

	propriedade?			
29	A propriedade com cultivos agroflorestais e que se localizam em áreas cuja vegetação natural original é uma floresta possui um sistema agroflorestal permanente e distribuído de forma homogênea pela plantação?			
30	A propriedade agrícola dentro de seus limites possui um plano para manter ou restaurar a conectividade dos ecossistemas naturais no nível de paisagem, considerando a conectividade de habitat?			
31	Há um inventário da vida silvestre e de seus habitats presentes na propriedade?			
32	Há programas de proteção e recuperação dos ecossistemas que constituem um habitat para a vida silvestre que vive na propriedade ou que aí transita durante a sua migração?			
33	A caça, a captura, a extração e o tráfico de animais silvestres estão proibidos na propriedade?			
34	Há animais silvestres em cativeiro dentro da propriedade? Há um inventário desses animais?			
35	Há autorização para criadouros de animais silvestres na propriedade?			
36	Há autorização para reintrodução de vida silvestre em seu habitat?			
37	Há um programa de conservação de água para fomentar o uso racional do recurso hídrico na propriedade?			
38	Toda fonte de água superficial ou subterrânea explorada pela propriedade para fins agrícolas, domésticos ou de processamento, possui as respectivas concessões e as autorizações outorgadas pela autoridade legal ou ambiental correspondente?			
39	Há irrigação na propriedade? Se utiliza irrigação há um mecanismo preciso para determinar e demonstrar que o volume de água utilizado e a duração da aplicação não produzem desperdícios ou aplicações excessivas?			

40	Todas as águas residuais da propriedade possuem um sistema de tratamento de acordo com a sua procedência e o conteúdo de substâncias contaminantes?			
41	A propriedade não descarrega ou deposita águas residuais industriais ou domésticas em ecossistemas aquáticos sem demonstrar que tais águas cumprem os requisitos legais, e que suas características físicas e bioquímicas não degradam a qualidade do corpo receptor de água?			
42	A propriedade agrícola que verte ou descarrega águas residuais no ambiente possui um programa de monitoramento e análise dessas águas que contemple substâncias contaminantes potenciais e a legislação aplicável vigente.			
43	Não são depositados sólidos orgânicos ou inorgânico (dejetos domésticos ou industriais, produtos rejeitados, escombros, terras e pedras de escavações, lixo proveniente de limpeza de terras, etc.) em corpos de água?			
44	Há uso de fossas sépticas para tratamento de águas residuais domésticas (águas cinzas ou negras) e águas residuais não industriais com o propósito de não produzir impactos negativos em águas subterrâneas ou superficiais?			
45	Há um plano de monitoramento e análise da qualidade das águas superficiais?			
46	A propriedade possui um programa de manejo integrado para resíduos gerados?			
47	Não há uso de depósitos abertos de resíduos ou queima de lixo e resíduos a céu aberto?			
48	Os depósitos de resíduos são adequados para reduzir os riscos de contaminação ambiental e de danos para a saúde humana?			
49	Não há transferência de resíduos a pessoas ou empresas sem comprovar que o tratamento ou o uso e destino final destes cumprem com os requisitos legais?			

50	A propriedade está limpa e sem acúmulo de resíduos de nenhum tipo?			
51	São adotadas práticas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e incrementar a captura de dióxido de carbono? (Coberturas de solo, plantio de árvores ou outras plantas perenes, aquisição e manejo apropriado de fertilizantes e combustíveis, manejo de plantas de tratamento de águas residuais, manejo integrado de resíduos, uso de tecnologias limpas, uso eficiente de energia, melhoramento de práticas de preparo de solos, participação em iniciativas locais ou regionais dirigidas à redução de gases do efeito estufa ou à captura de dióxido de carbono).			

2.3 QUESTÕES SOCIAIS

Nº	Descrição	Cumpre (S/N)	NA	Observações
52	O sistema de produção busca fundamentar suas relações de trabalho nos direitos sociais determinados na Constituição Federal?			
53	Ocorre a promoção da melhoria da qualidade de vida dos envolvidos?			
54	O sistema de produção promove ou estimula a capacitação continuada dos envolvidos?			
55	A propriedade não discrimina trabalhadores por motivos raciais, cor, sexo, idade, religião, procedência social, tendências políticas, nacionalidade, afiliações com sindicatos, condição médica, orientação sexual ou estado civil, ou por qualquer outro motivo indicado pela legislação aplicável?			
56	A propriedade contrata diretamente sua mão-de-obra, ou utiliza serviços especializados ou temporários para contratação?			
57	Há políticas e procedimentos de pagamento que garantam o pagamento integral aos trabalhadores nas datas acordadas e do contrato de trabalho?			
58	Os trabalhadores recebem uma remuneração base igual ou maior que a média regional ou ao salário			

	mínimo estabelecido legalmente?			
59	Os horários de trabalho, os períodos de descanso dentro da jornada de trabalho diária, o número de dias de férias remuneradas por ano e os dias de descanso cumprem com a legislação trabalhista vigente?			
60	As horas extras são opcionais? E são pagas adequadamente?			
61	É proibida a contratação direta ou indireta de trabalhadores menores de idade, quer em período integral ou parcial?			
62	Há menores trabalhando, de acordo com o programa Menor Aprendiz?			
63	É proibido qualquer tipo de trabalho forçado?			
64	A propriedade e seus supervisores não ameaçam, abusam ou assediam sexualmente, ou realizam outros tipos de maltrato verbal, físico, psicológico aos trabalhadores por nenhum motivo?			
65	Os trabalhadores têm o direito de se organizar livremente, e de negociar voluntariamente suas condições de trabalho de maneira coletiva?			
66	A propriedade consulta e informa aos trabalhadores formalmente e oportunamente as mudanças técnicas e organizacionais planejadas e seus possíveis impactos sociais, ambientais e econômicos?			
67	A moradia oferecida para os trabalhadores permanentes ou temporários é projetada, construída e mantida com a finalidade de fomentar boas condições para a higiene, a saúde e a segurança dos habitantes?			
68	Todos os trabalhadores e as pessoas que vivem na propriedade tem acesso à água potável?			
69	É fornecida quantidade suficiente de água potável a todos os trabalhadores, no local de trabalho?			
70	Todos os trabalhadores e suas famílias têm acesso a serviços médicos durante o horário de trabalho e em caso de emergências?			

71	A propriedade possui mecanismos para garantir o acesso à educação aos filhos, em idade escolar, dos trabalhadores que vivem na propriedade?			
72	Há programas de educação dirigidos ao pessoal administrativo e operacional, assim como às suas famílias, incluindo, temas ambientais e de conservação e conceitos fundamentais de higiene e saúde?			
73	A propriedade possui um programa de saúde e segurança ocupacional cujo objetivo principal é identificar e minimizar ou eliminar os riscos ocupacionais dos trabalhadores?			
74	Há um programa de capacitação contínuo e permanente, projetado para a aprendizagem dos trabalhadores, para que estes possam realizar seus trabalhos de modo correto e seguro, especialmente em relação ao manejo de máquinas e equipamentos agrícolas?			
75	Todos os trabalhadores que aplicam, manipulam, transportam ou entram em contato com agroquímicos ou outras substâncias químicas estão capacitados?			
76	Os trabalhadores que realizam atividades identificadas pelo programa de saúde e segurança ocupacional como perigosas ou de risco para a saúde física, ou aqueles que exigem habilidades especiais como o manejo e aplicação de agroquímicos, carregamento de volumes pesados, colheita manual ou o uso de máquinas e equipamentos agrícolas, recebem ao menos anualmente uma revisão médica que garanta a sua capacidade física e mental para esses trabalhos?			
77	O pessoal que aplica ou manuseia agroquímicos realiza exames de colinesterase e quaisquer outros exames necessários para determinar os efeitos potenciais dos agroquímicos que manuseiam, antes de iniciar tais atividades na propriedade?			
78	É fornecido aos trabalhadores em todas as áreas de trabalho, os serviços básicos, recursos e condições de trabalhos necessários para cumprir os objetivos do programa de saúde e segurança ocupacional e com os requisitos de segurança, saúde, ordem e limpeza?			

79	É fornecido e exigido o uso do equipamento de proteção necessário para usar máquinas, ferramentas e outros implementos considerados perigosos?			
80	Há normas de segurança e ordem nas áreas de trabalho e nas áreas de estocagem com o objetivo de reduzir a possibilidade de acidentes?			
81	As oficinas e as áreas de estocagem de substâncias e materiais - que não sejam agroquímicos e substâncias inflamáveis ou tóxicas - são projetadas, construídas e equipadas para reduzir os riscos de acidentes e de impactos negativos à saúde humana e ao ambiente?			
82	As áreas de armazenamento e distribuição de agroquímicos e substâncias inflamáveis e tóxicas são projetadas, construídas e equipadas para reduzir os riscos de acidentes e impactos negativos na saúde humana e no ambiente?			
83	Os agroquímicos são armazenados de forma a minimizar o potencial de impactos negativos na saúde humana e no ambiente?			
84	A localização das áreas de estoque de agroquímicos e combustíveis cumpre a legislação vigente?			
85	Há medidas permanentes adotadas para reduzir o risco de acidentes e vazamentos de substâncias químicas durante o seu transporte até e dentro da propriedade?			
86	Todos os trabalhadores que aplicam, manipulam ou têm contato com agroquímicos, incluindo os que lavam a roupa ou o equipamento que ficou exposto a agroquímicos usam equipamento de proteção individual?			
87	A propriedade executa as medidas de segurança necessárias para proteger os trabalhadores que aplicam agroquímicos no campo?			
88	A propriedade possui ações permanentes para proteger trabalhadores, vizinhos e outras pessoas contra os efeitos de aplicações de agroquímicos e de insumos biológicos e orgânicos?			

89	Há banheiros e vestiários para todas as pessoas que aplicam ou entram em contato com agroquímicos?			
90	Há uma área adequada para lavar a roupa utilizada durante a aplicação de agroquímicos?			
91	Os tipos de emergências potenciais estão identificados? Há planos de resposta à emergência?			
92	Há trabalhadores capacitados em primeiros socorros disponíveis e acessíveis em cada turno?			
93	Há equipamento necessário e acessível para prevenir e responder aos diferentes tipos de emergências identificados no plano de resposta a emergências (equipamento de primeiros socorros nas instalações permanentes e kits de primeiros socorros disponíveis para os trabalhadores do campo, chuveiros, lava-olhos e lavatórios dentro das áreas de armazenamento de substâncias químicas e nas áreas de mistura e distribuição de agroquímicos)?			
94	Há procedimentos documentados para proteger os trabalhadores de eventos climáticos extremos?			

2.4 SISTEMA DE PRODUÇÃO

Nº	Descrição	Cumpre (S/N)	NA	Observações
95	A propriedade está em algum processo de certificação?			
96	O processo de certificação é orgânico ou RAS?			
97	Há procedimentos no plano de manejo que contemplem a aplicação das boas práticas de produção?			
98	As inter-relações ambientais, econômicas e sociais estão sendo cumpridas?			
99	Há controle da qualidade da água, dentro da propriedade (análises para contaminação química e microbiológica)?			
100	Nas culturas anuais e culturas perenes implantadas, são utilizadas espécies diferentes ou variedades com diferenças visuais e em áreas distintas e			

	demarcadas?			
101	A unidade de produção está dividida em áreas, com demarcações definidas e não há a alternância de práticas de manejo orgânico e não-orgânico numa mesma área ?			
102	Os insumos utilizados em cada uma das áreas são armazenados separadamente, perfeitamente identificados?			
103	Os resíduos da produção animal são utilizados como esterco?			
104	Há procedimentos de aplicação de boas práticas de produção?			
105	Há procedimentos que visem à eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e derivados em toda a unidade de produção?			
106	Há a utilização de material de propagação originário de espécies vegetais adaptadas às condições edafoclimáticas locais e tolerantes a pragas e doenças?			
107	Ocorre a reciclagem de matéria orgânica como base para a manutenção da fertilidade do solo e a nutrição das plantas?			
108	Ocorre a manutenção da atividade biológica do solo, o equilíbrio de nutrientes e a qualidade da água?			
109	É adotado manejo de pragas e doenças? O manejo de pragas respeita o desenvolvimento natural das plantas, a sustentabilidade ambiental e a saúde humana e animal, inclusive em sua fase de armazenamento			
110	São utilizados métodos culturais, físicos e biológicos?			
111	A utilização de insumos, em seu processo de obtenção, utilização e armazenamento, não compromete a estabilidade do habitat natural e do agroecossistema e não representam ameaça ao meio ambiente e à saúde humana e animal?			
112	É possível demonstrar, através de inventários e registros de uso de agroquímicos, que é realizada a			

	rotação e a redução do uso de produtos químicos na produção?			
113	Os registros de uso de agroquímicos incluem: a. Produtos e datas de aplicação; b. Identificação da área onde se realizou a aplicação; c. Tamanho da área de aplicação; d. Dose e volume total de produtos usados; e. Pessoa encarregada de realizar a mistura e autorizar a aplicação; f. Pessoas que realizaram a aplicação no campo; g. Identificação do equipamento de aplicação.			
114	Há uma lista de agroquímicos com o nome comercial e genérico do produto, a quantidade comprada e a data de compra?			
115	A diversidade na produção vegetal assegura, no mínimo, a prática de associação, rotação e consórcios de culturas? Para culturas perenes, está assegurada, no mínimo, a manutenção de cobertura viva do solo?			
116	Há áreas em descanso com vegetação natural ou plantada com o objetivo de recuperar a fertilidade natural dos solos, e romper os ciclos de pragas presentes?			
117	As instalações de armazenagem e manipulação de esterco, incluindo as áreas de compostagem, estão implantadas e operadas de maneira a prevenir a contaminação das águas subterrâneas e superficiais?			
118	Há procedimentos e equipamentos necessários para fazer a mistura e aplicação de agroquímicos, assim como, a manutenção, a calibragem e a reparação do equipamento de aplicação, com a finalidade de reduzir ao mínimo o desperdício e a aplicação excessiva?			
119	Não há evidência de uso de reguladores sintéticos de crescimento na produção vegetal?			
120	Para o tratamento pós-colheita com substâncias químicas, são utilizados somente métodos de fumigação que minimizam o efeito na saúde dos trabalhadores e as aplicações são controladas?			

121	São mantidos registros do tratamento pós-colheita, com: data da aplicação, número ou lote do produto, nome do ingrediente ativo do produto aplicado, dosagem e os nomes das pessoas que misturaram e aplicaram o tratamento e aprovaram a aplicação?			
122	Há sistemas que permitem o uso e a reciclagem da água e dos resíduos nas atividades pós-colheita, evitando o desperdício e a contaminação química e biológica do ambiente?			
123	Não há o uso de radiação ionizante para combate e prevenção de pragas e doenças, inclusive na armazenagem?			
124	Há um plano de redução de uso de produtos de Classe Ia e Ib de acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), e redução do uso de ingredientes ativos de grau técnico Classe II de acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS)?			
125	Há uso de fogo para manejo de pragas e doenças, somente quando essa é a opção com o menor impacto ambiental em comparação com outras medidas de controle de pragas?			
126	Há um programa de prevenção e controle da erosão dos solos que minimiza os riscos da erosão e reduz a erosão atual?			
127	Há um programa de fertilização de solos ou cultivos fundamentados nas características e propriedades dos solos, na amostragem e análises periódicas de solos ou folhas, e na assessoria de uma autoridade ou profissional competente no assunto?			

2.5 PROCESSAMENTO

Nº	Descrição	Cumpre (S/N)	NA	Observações
129	Para o processamento dos produtos são utilizadas as boas práticas de manuseio e processamento de forma a manter a integridade dos produtos?			
130	São mantidos registros atualizados que descrevam a manutenção da qualidade do produto durante o processamento e assegurem a rastreabilidade de			

	ingredientes, matéria-prima, embalagens e do produto final?			
131	São utilizados exclusivamente produtos permitidos pela legislação para a realização da higienização dos equipamentos e das instalações utilizadas para o processamento de produtos?			
132	O processamento dos produtos orgânicos e dos produtos não orgânicos ocorre em áreas físicas separadas ou, quando na mesma área, em momentos distintos?			
133	Caso o processamento dos produtos orgânicos e não orgânicos ocorra na mesma área, há uma descrição do processo de produção, do processamento e do armazenamento?			
134	Caso o processamento dos produtos orgânicos e não orgânicos ocorra na mesma área, os equipamentos e instalações utilizados se encontram livres de resíduos de produtos não orgânicos?			
135	Não são utilizadas radiações ionizantes, emissão de micro-ondas e nanotecnologia em qualquer etapa do processo produtivo?			
136	Os ingredientes utilizados no processamento dos produtos orgânicos são provenientes de produção oriunda do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica?			
137	Caso haja a indisponibilidade de ingredientes obtidos em sistemas orgânicos de produção, a matéria prima de origem não orgânica que é utilizada se apresenta em quantidade não superior a 5% em peso?			
138	Os ingredientes utilizados no processamento são os mesmos de origem orgânica e não-orgânica?			
139	A defumação é realizada mediante a utilização de madeiras obtidas de manejo sustentável ou fonte renovável e que não produzem substâncias tóxicas durante o processo de combustão?			
140	Os aditivos e coadjuvantes de tecnologia utilizados no processamento são permitidos pela legislação?			
141	Não são utilizados organismos geneticamente			

	modificados ou produtos em cujo processo de obtenção tenha sido utilizado estes organismos?			
142	Durante o processamento dos produtos orgânicos, são utilizados métodos de higienização de ingredientes e produtos mediante utilização dos produtos dispostos na Instrução Normativa nº19?			
143	No armazenamento e transporte dos produtos orgânicos, são utilizados produtos de higienização de equipamentos e instalações permitidos na produção orgânica e autorizados pela legislação?			
144	Durante o processamento dos produtos orgânicos, são utilizados métodos de higienização de ingredientes e produtos mediante utilização dos produtos dispostos na Instrução Normativa nº19?			
145	O produto orgânico a granel é armazenado em áreas separadas, identificadas e transportado isoladamente?			
146	Nas áreas físicas de processamento, armazenamento e transporte de produtos é realizada a eliminação do abrigo das pragas e do acesso das mesmas às instalações, mediante o uso de equipamentos e instalações adequadas?			
147	Nas áreas físicas de processamento, armazenamento e transporte de produtos são utilizados métodos mecânicos, físicos e biológicos (som; ultrassom; luz, repelentes à base de vegetal; armadilhas de ferormônios, mecânicas e cromáticas; e ratoeiras)?			
148	Nas áreas físicas de processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos são utilizadas substâncias autorizadas pela regulamentação da produção orgânica?			
149	Não são utilizados produtos químicos sintéticos nas instalações de processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos?			

2.6 LISTA DOS AGROTÓXICOS UTILIZADOS (Anexar)

Número de Pontos	
------------------	--

Nome do Responsável	
Assinatura do Responsável	
Nome do Coordenador Técnico do Projeto	

ANEXO 4. CADEIA DE VALOR: SUGESTÃO PARA PRÉ-AVALIAÇÃO

A visita de campo será precedida pelo preenchimento, por parte de cada grupo, do questionário abaixo que deverá orientar o trabalho de campo.

1. DEFINIÇÕES DE MERCADO: (Grupo de produtos e região)	
2. ESTRUTURA DO MERCADO ALVO	
PRODUTO Escopo do mix de produtos Profundidade do mix de produtos Qualidade Design Embalagem Serviço	PREÇO Posicionamento de preço Descontos e condições de pagamento Condições de financiamento
PROMOÇÃO Comunicação Divulgação Promoção de vendas Políticas de marca Pessoal de vendas	LOCAL Canais de distribuição Densidade de distribuição Lead time Estoque Transporte
3. ANÁLISE DO SISTEMA DE MERCADO	
Estrutura de filiais	Nome de fornecedores de bens e serviços Heterogeneidade de bens e serviços Tipos de empresas oferecendo bens e serviços
Estrutura dos clientes	Nomes e tipos dos clientes
Empregados e a concorrência	Utilização da capacidade instalada Ação versus a concorrência
Principais modelos de concorrência	Qualidade Variedade de produtos Propaganda Preços

	Entrega		
Estrutura de distribuição	Distribuição Geográfica Canais de distribuição		
4. ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DE MERCADO			
QUANTITATIVA	QUALITATIVA		
Volume de mercado	Estrutura das demandas do consumidor		
Posição no ciclo de vida do mercado	Motivos de compra		
Saturação de mercado	Processo de compra, atitude de compra (relacionado a informação)		
Taxas de crescimento	Intensidade e força da concorrência		
Estabilidade da demanda			
5. ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA			
	Em relação aos itens abaixo avalie		
	Item	Estão melhor	Estão pior
Quem são os 5 principais concorrentes?			
Sobre cada um:	Embalagem		
Quanto vende?	Preço		
Por que vendem mais/ menos?	Canais de venda		
Que estratégias diferentes usam?	Logística		
	Marca/ Comunicação		
Que vantagens têm sobre nós?	Mix de produtos		
	Qualidade		
	Conhecimento sobre consumidor		
6. ANÁLISE INTEGRADA DA CADEIA DE VALOR			
FATOR	FORÇAS	FRAQUEZAS	CONCLUSÕES
MARKETING			
Desempenho de mercado			
Desempenho em preços			
Distribuição promocional			

<p>PRODUÇÃO</p> <p>Instalações</p> <p>Capacidade produtiva</p> <p>Produtividade</p> <p>Disponibilidade de matéria-prima</p> <p>Estoque</p> <p>Sazonalidade</p>			
<p>PESQUISA E DESENVOLVIMENTO</p> <p>Atividades de pesquisa</p> <p>Busca de novos produtos</p> <p>Parcerias com universidades ou centros de pesquisas</p>			
<p>FINANÇAS</p> <p>Capital próprio</p> <p>Reservas</p> <p>Empréstimos</p> <p>Fluxo de caixa</p> <p>Liquidez</p> <p>Capacidade de investir</p> <p>Crédito junto a mercado (bancos)</p> <p>Crédito junto a fornecedores</p>			
<p>PESSOAS</p> <p>Qualificação dos funcionários</p> <p>Situação trabalhista</p> <p>Clima no ambiente de trabalho</p> <p>Numero de profissionais x quantidade de trabalho</p>			
<p>GESTÃO</p> <p>Planejamento</p> <p>Organização</p> <p>Situação fiscal, contábil, tributária</p>			

Licenças e permissões			
Outras informações importantes			

OBS: Os pontos listados em geral cobrem a maior parte das questões quando se está analisando uma cadeia ou um negócio, mas, como seria impossível estabelecer um único quadro que representasse a totalidade de empreendimentos existentes, o consultor pode precisar adaptar ou customizar partes deste quadro a partir de sua experiência ou até mesmo a partir da matriz enviada pelos grupos.

ANEXO 5. EXEMPLO DE CHECKLIST – MATRIZ DA CADEIA DE VALOR

Matriz da Cadeia da Apicultura na Bahia com Foco em Mercado Local e Exportação (A Alemanha é o maior importador de mel no Reino Unido)													
Participantes													
FUNÇÕES	Gov. do Estado*	Universidades	Pesquisadores	Comércio local	Prefeitura	Organizações da sociedade civil (ongs, oscips)	Redes supermercadistas	Associação de apicultores	Associação xxxxx	Empresadonadora	Empresas anameyutun	Despachante	Transporte
Venda direta ao consumidor							X						
Beneficiamento do mel									X				
Venda do mel a empresas de cosméticos										X			
Venda do mel a empresas de exportação											X		
Licenças de exportação												X	
Licenças de produção	X				X			X					
Transporte							X	X					X
Cultivo das abelhas								X	X				
Pesquisa de novos produtos		X	X										
Desenvolvimento de embalagem e marca						X							